

A China no Pensamento de José da Costa Nunes

ANTÓNIO ARESTA*



UM TRAJECTO EXISTENCIAL

José da Costa Nunes¹ foi um dos mais ilustres portugueses que viajaram e trabalharam no Oriente e no Extremo Oriente, particularmente em Macau. É uma figura injustamente esquecida² na voragem do tempo do egoísmo e do materialismo da vida quotidiana desta sociedade moderna, que, como ele já intuía, “atravessa uma dolorosa crise moral, cujas consequências deploráveis todos nós apalpamos. Há só um meio de a curar: é recristianizá-la.”³

Mas, que Macau terá encontrado o jovem José da Costa Nunes?

Em Macau, a crise dos valores tornou-se mais patente com a erosão dos poderes e com o declínio dos saberes.

Numa carta particular,⁴ José Gomes da Silva, médico militar, professor e botânico dá-nos, em 1888, esta imagem, pouco lisonjeira, do estado da cultura em Macau: “Afinal, com a partida do governador Tomás Rosa morreu a ideia do Jardim Botânico em Macau. O governador que o substituiu e que já se retirou também, tinha, apesar de coronel de engenheiros, o maior horror possível à botânica e a todas as ciências naturais. Veremos se um dia cai aqui algum governador que dê importância a estes estudos; mas duvido. Eu ofereci-me para abrir um curso livre de botânica em

que pudessem colher algumas noções os alunos do seminário, visto que os nossos missionários são hoje o avesso do Padre Loureiro e dos missionários estrangeiros.

O que eles sabem é doutrina cristã; e os seus expositores científicos limitam-se ao catecismo e, quando muito, à Bíblia. Ofereci-me pois para reger o curso de botânica e dirigir o jardim botânico, sem a menor gratificação ou regalia. Foi inútil. Estou hoje convencido largamente de que em terra portuguesa é impossível fazer-se nada. Paciência.”

Nos finais de 1888, o governador Firmino José da Costa, com inusitada rispidez institucional dissolve o Leal Senado: “Mostrando-se o Leal Senado de Macau por extremo negligente no cumprimento das obrigações que as leis e o código lhe impõem, desprezando ao mesmo tempo judiciosas indicações que a junta de saúde lhe tem sugerido e não acatando, como lhe cumpre, as advertências tutelares do governo superior desta província permitindo-se antes levantar discussões ociosas nas quais aquela corporação evidentemente manifesta falta de tino e capacidade para gerir os negócios do município que lhe foram confiados.”⁵

Uma comissão provisória, constituída pelos antigos vereadores Albino António da Silva, Florêncio António da Cruz, João Euleutério d’Almeida, Joaquim das Neves e Sousa, Lourenço Inocência Pereira e Luís João Baptista, assegurou o normal funcionamento do município até se realizar um novo acto eleitoral. Entretanto, menos de um mês decorrido, era publicado um Relatório⁶ muito metucioso sobre a administração municipal, notando, por exemplo, que “vários livros

* Professor e Investigador. Doutorando em Filosofia (Universidade do Porto). Autor de diversos estudos sobre a história de Macau.

Secondary school teacher and researcher. Author of various studies on Macao History, he is currently preparing his Ph.D. in Philosophy at Oporto's University.

ESTUDOS DE MACAU

importantes para uma boa fiscalização, faltam ao arquivo da Câmara Municipal de Macau.⁷ No limite, verificava-se que o antigo conflito jurisdicional entre o governador e o Leal Senado não estava pacificado ou sanado no plano simbólico, visto que em termos jurídico-políticos a legitimidade era do governador. Todas estas alterações induziam preocupações e mal-estar na comunidade chinesa, ciosa da estabilidade e dos equilíbrios diplomáticos entre as diversas instâncias de poder. Para contrariar a onda de boatos, o procurador dos Negócios Sínicos, António Marques d'Oliveira, faz publicar um edital bilingue, onde se diz: “Constando a S. Ex^a. o Governador da província que entre a população chinesa desta cidade tem corrido boatos de aumento nas contribuições predial e industrial, faço saber por ordem do mesmo Exm^o. Sr. que são destituídos de fundamento aqueles boatos, por que não foram elevadas as taxas das ditas contribuições. É igualmente falso que os gerentes, guarda-livros, caixeiros e outros empregados das lojas comerciais tenham de pagar pessoalmente qualquer imposto industrial, devendo somente os respectivos estabelecimentos pagar a taxa de licença como anteriormente pagavam.”⁸

Mas, se a instabilidade política gerava intranquilidade social e convulsões na ordem pública, um novo problema se colocava a curto prazo, a epidemia da cólera-morbo. Um grupo de cidadãos, entre os quais Pedro Nolasco da Silva, Bernardino Senna Fernandes, Carlos d'Assumpção, dirige um requerimento⁹ ao governador, pedindo providências expeditas, ao mesmo tempo que lembra, “actualmente a epidemia vai assumindo um carácter progressivamente assustador, o que causou o pânico geral de todos os habitantes de Macau.”¹⁰ E pelo extenso Relatório da autoria do Dr. José Gomes da Silva,¹¹ chefe dos Serviços de Saúde, se pode aferir da extrema gravidade desse problema de saúde pública.

O curso da vida segue o seu inexorável destino, oferecendo Macau a sua activa e indefectível solidariedade ao rei de Portugal, a propósito da revolta republicana de 31 de Janeiro de 1891 no Porto, a primeira ameaça séria à monarquia portuguesa. Com o conhecimento do governador Custódio Miguel de Borja, o presidente do Leal Senado, Cândio Jorge, enviou uma mensagem a el-rei com o seguinte teor: “A cidade de Macau, embora separada geograficamente por milhares de léguas da mãe pátria, vive contudo politicamente a mesma vida, que faz pulsar os corações dos nossos irmãos na metrópole,

porque são portugueses os que residem nesta cidade, e por isso não pode ela ficar indiferente perante o doloroso incidente que em 31 de Janeiro último enlutou a cidade do Porto. Não é só o sentimento de lealdade e de patriotismo, que Macau timbrou sempre em considerar como o seu mais nobre brasão, mas também a profunda convicção que os habitantes desta cidade, juntamente com todos os bons patriotas, nutrem sobre a necessidade de se unirem todos, na presente crise, ao redor do trono de Vossa Majestade, para conjurar e superar as dificuldades e conflitos, que a cada passo se suscitam contra os direitos e interesses de Portugal, que leva a humilde corporação, representada pelos abaixo assinados, o Leal Senado da Câmara de Macau, a vir por este meio dar um testemunho dos seus sentimentos profundamente portugueses e patrióticos, manifestando a firme e dedicada adesão do povo português deste município à pessoa de Vossa Majestade e às instituições que felizmente nos regem, e protestando solenemente contra a tentativa felizmente malograda, que houve no Porto em 31 de Janeiro, para destruir a forma monárquica do governo, ao qual Vossa Majestade hoje preside tão dignamente com tanta ilustração e devoção cívica.”¹²

Enquanto a comunidade portuguesa seguia com atenção a evolução política metropolitana, o presbítero Estevão Eusébio Situ, missionário na Taipa, começava a ensinar “aos meninos chinas a instrução primária na língua portuguesa”,¹³ porque era “tempo que a vila da Taipa, abandonada sem razão alguma de ser à mais deprimente ignorância, entre no caminho da civilização, começando por se lhe ministrar a acção vivificadora da instrução primária elementar em escola essencialmente portuguesa e na língua da nação sob cuja soberania existe”. Era, assim, assumida no terreno uma das principais orientações da Direcção-Geral do Ultramar, proposta por Ressano Garcia, “dar às missões um carácter confiadamente nacional e eminentemente educador e docente; tornar o missionário, não só apóstolo da fé, mas verdadeiro soldado da cruzada da civilização, e não só sacerdote de uma crença espiritual, mas verdadeiro ministro da religião do trabalho e do progresso.”¹⁴ Coloane terá ainda de esperar uns anos mais para sair da letargia em que vivia. O bispo D. João Paulino de Azevedo e Castro, tomará esta providência em 1903, sobre a ilha de Coloane: “Chegado ainda há bem poucos meses a Macau, apenas tivemos conhecimento de que tão perto

da nossa cidade episcopal havia uma terra portuguesa, com uma população assaz numerosa, pacífica, laboriosa, mas totalmente privada dos benefícios a que tem direito, dependentes da nossa acção episcopal, veio-nos logo à mente a ideia de inaugurarmos aqui um centro de vida cristã, em que, a par do ensino religioso, se ministrasse a instrução literária para aqueles dos habitantes desta terra que livremente quisessem recebê-la para si ou aproveitá-la para seus filhos.”¹⁵

Em Agosto de 1894, e para que conste em todas as comunidades, “para conhecimento das autoridades e de todas as mais pessoas a quem possa interessar se faz público que, em virtude de ordens recebidas do governo de Sua Majestade Fidelíssima, durante o estado de guerra entre os impérios da China e Japão, Portugal manterá neutralidade em todos os seus domínios.”¹⁶ Esta posição era muito mais importante do que à primeira vista parece, porque era um raro sinal de coesão institucional para os governos comprometidos com este melindroso assunto.

Ciente da necessidade de promover um reforço da instrução e da formação contínua dos membros das forças policiais, o governador José Horta e Costa cria, em Outubro de 1894, a Biblioteca Militar da Guarda Policial de Macau, “considerando que as bibliotecas militares por meio de livros e jornais que quotidianamente são publicados colocam facilmente e sem grandes sacrifícios todos os que as frequentam a par dos progressos, transformações e melhoramentos que a ciência militar vai sucessivamente adquirindo, habilitando-os assim a poder desempenhar cabalmente os seus deveres e a manter dignamente a posição hierárquica que ocupam.”¹⁷

O comissário régio Joaquim José Machado, questionava: “mas o que se fez no tempo em que Macau nadava na abundância, a ponto de se não saber como guardar tanto dinheiro? Nem se tratou do porto! Nem ao menos procuramos aproveitar e desenvolver Timor! Decadência nos homens; decadência de princípios; decadência, principalmente, de patriotismos à maneira inglesa, não somente palavrosa mas útil prática real.”¹⁸ Também observava Manuel da Silva Mendes, o “tempo corre propício para materialidades, para patacas, não para exaltamentos a elevadas regiões. A estas, hoje, só em aeroplano um ou outro se abalança...”¹⁹ Isto dá-nos a ideia da forma como a crise de fim de século também afectou a sociedade macaense, uma terra com dois mundos em si, sinalizando-se essas evidências

nos documentos oficiais cujas dissonâncias passam despercebidas.

O primeiro grande sinal de que era necessário mexer na estrutura do incipiente sistema de ensino de Macau foi dado em 1898, pelo governador Eduardo Galhardo, que nomeia uma comissão, composta por Mário Lima, Horácio Poiares, Eduardo Marques, Pedro Nolasco da Silva e Patrício Luz, para estudar a harmonização do “serviço da instrução pública com as leis que o regulam, atendendo-se à necessidade de, dentro das mesmas leis, dar o máximo impulso ao ensino.”²⁰ Os trabalhos revelaram-se infrutíferos, porque a pequena política local cerceou uma tentativa unificadora da instrução pública. O Liceu, com os seus trinta alunos, ainda não conseguia atrair as elites de Macau, receosas que a laicidade e a independência da instituição conflituasse com a percepção que o mercado de trabalho possuía dela.

A participação de Macau na Exposição Universal de Paris, em 1900, constituiu um raro pretexto formal para a internacionalização do Território no seio da constelação colonial portuguesa. Essa iniciativa permitiu à sinologia portuguesa fazer uma prova de vida, quer em termos doutrinários, quer em termos de estratégia política e diplomática.

A Exposição Universal de Paris, com os Jogos Olímpicos a decorrerem em simultâneo, foi inaugurada pelo presidente Émile Loubet, tendo ocupado uma enorme área de 108 hectares. O pavilhão de Portugal, onde Macau se integrou, foi concebido pelo arquitecto Ventura Terra.

No dia 11 de Março de 1899, o governador de Macau, Eduardo Galhardo, faz publicar no *Boletim Oficial* uma portaria onde se nomeava uma comissão que iria preparar a representação de Macau na Exposição Universal de Paris em 1900, cuja nota preambular é bem explícita: “Tendo o governo de Sua Majestade resolvido fazer representar as províncias ultramarinas na Exposição Universal de Paris de 1900 e desejando que tal representação se faça por forma que possamos tomar naquele certame o honroso lugar que nos pertence como nação colonial, incumbe-me de promover nesta província uma exposição preparatória de tudo quanto possa dar ideia do desenvolvimento desta colónia.”²¹

A comissão foi presidida pelo juiz Albano de Magalhães e tinha como vogais Artur Tamagnini Barbosa, António Joaquim Basto, Lourenço Marques,

ESTUDOS DE MACAU

Augusto Abreu Nunes, José Gomes da Silva, António Talone Silva, Leôncio Ferreira, Pedro Nolasco da Silva, Carlos Rocha d'Assumpção, Lu Cao, Chou Sin Hip, Ho Lin Vong, Cuong Fat Ching e Chan Hoc Hin. Como se vê, tudo gente reputada, com influência e reconhecimento social.

Têm o cuidado de escrever no extenso Relatório que entregam ao governador no dia 30 de Novembro de 1899: “Os europeus, tão desdenhosos, cheios de orgulho pelos progressos que tem feito nas artes e nas ciências nos últimos 300 anos, estão continuamente a informar-se como pensam, raciocinam e sentem os chinas, homens que eles olham como sendo-lhes inferiores sob todos os aspectos; e estes não se importam se os europeus raciocinam nem mesmo se existem!”²² Esta notável reflexão é feita em contraciclo, pois o que estava em voga era um eurocentrismo que cavalgava a onda do imperialismo colonial inglês e francês, especialmente activos e dominadores no extremo oriente.

Continuam a desfazer equívocos: “Os chinas tem sido muito diferentemente apreciados no Ocidente; e essa diferente apreciação provém, em geral, do bom ou do mau humor do narrador que descreve os seus costumes, ou do viajante de quem se ouviram as descrições, nem sempre serenas, desapaixonadas, colhidas na observação fria dos seus hábitos e dos seus costumes, da sua moral e da sua religião. Uns estão em perpétua admiração perante este povo colossal no seu trabalho, na sua filosofia, na sua moral; outros não deixam de os desprezar e de os ridicularizar.”²³

No Catálogo dos Produtos, escolhidos e enviados por essa Comissão, constam 600 espécimes (a título de exemplo, quadros bordados a seda, leques de bambu, travesseiros de louça, flores artificiais para o cabelo, cabaias de seda, chapéu para mandarim, toalhas para mesa, altar chinês com dez ídolos, caixa de marfim, escarrador de cobre, latas com frutas de conserva, quadros de jaspe, lanterna para caçar mosquitos, braceletes de prata ou ábaco chinês de prata) e uma valiosa colecção de madeiras (éban, tamarindo, narra, teca, cânfora, molave, amoreira e entena).

Um símbolo industrial também marcou presença, o cimento da Fábrica de Cimento Portland, “situada na pitoresca Ilha Verde desta colónia, hoje ligada à península por um dique macadamizado que lhe dá fácil acesso, possui uma boa iluminação a luz eléctrica e magníficas residências para o seu pessoal dirigente.”²⁴

Uma prenda especial e simbólica foi concebida deste modo: “mandou a comissão expressamente pintar a óleo em placa de marfim o retrato de Sua Majestade a Rainha D. Maria Amélia para lhe oferecer. Foi a pintura executada por uma fotografia de Reutlinger – Boulevard – Montmartre – Paris – que para esse fim foi pedida de Lisboa por obséquio de S. Ex.^a o Governador desta colónia a instâncias da comissão. A fotografia era já uma bela produção de arte e dava da Nossa Augusta Soberana uma ideia exacta, fidelíssima, não lhe faltando nada na expressão, desde a tradicional meiguice do seu olhar e do seu sorriso até à soberana majestade que irradia do seu rosto encantador. O artista china que foi educado em Macau, no Seminário de S. José, onde aprendeu desenho e pintura, compreendeu-o absolutamente e na pintura que fez por cópia da fotografia foi tão fiel, tão cuidadoso, que a pintura a óleo antes parece a própria fotografia colorida, animada. É um belo retrato em marfim que nada deixa a desejar das produções europeias.”²⁵ Qual seria a identidade do artista e onde estará a obra de arte?

Essa gentileza deverá ser interpretada como uma mensagem da vera harmonia e da convivência entre portugueses e chineses e o símbolo de uma arte cuja multidimensionalidade não confunde o belo como categoria ética.

De resto, e estamos em 1899, a afeição da comissão ao amanhecer das ideias republicanas na China está bem patente no assentimento e aplauso a uma prática revolucionária, já instituída em Macau, a contestação à aristocracia do andar e do calçar: “nesta colónia tem já criado raízes a conhecida seita estabelecida contra os pés amarrados, e muitos dos chinas principais desta cidade nela estão filiados. Os que abraçam as doutrinas humanitárias da seita comprometem-se a não permitir que sejam deformados os pés de suas filhas e a não deixarem casar os seus filhos com raparigas de pés deformados. O Comendador Ho Lin Vong, membro desta comissão, pertence a essa seita bem como Ip Loc San, ambos importantes negociantes desta praça.”²⁶

A plêiade de sinólogos da Procuratura dos Negócios Sínicos, integrando também professores, funcionários públicos, advogados e militares, deixou no Relatório uma marca de erudição, citando, por exemplo, Leibnitz, Humboldt, Voltaire e Montesquieu. O olhar

D. José da Costa Nunes com os pais e irmãs, Ana, Francisca e Isabel.



ESTUDOS DE MACAU

sobre a China é tributário das obras de Du Halde e de Abel Remusat, deixando entrever a influência da sempre actualizada escola francesa do Extremo Oriente. Dos portugueses, apenas são citados Calado Crespo, Wenceslau de Moraes e Bento da França.

Esta corrente sinológica, de raiz administrativa e burocrática, esgotava-se no mister de traduzir e de interpretar, o que, em abono da verdade, fazia bem. Ao não passar esse limiar administrativo não se criou um magistério, não se potenciou um imperativo categórico que obrigasse a um agir cultural. Pedro Nolasco da Silva, com outro apoio, poderia ter refundado a Escola Sinológica Portuguesa de Macau. O comissário régio Joaquim José Machado notava, em 1909, “que é para lamentar é que um homem da competência do Nolasco, verdadeiro sábio da língua chinesa, que o próprio Kau classifica de *três fort*, não tenha sido devidamente aproveitado pelo Governo para dirigir uma escola bem organizada que poderia mesmo atrair estrangeiros. Ninguém, porém, entre nós se importa com tais matérias.”²⁷

Realmente, desde 1884, que Pedro Nolasco da Silva persistia na publicação de estudos, ensaios e outros projectos pedagógicos,²⁸ especialmente interessantes os que direccionou para os alunos da Escola Central de Macau, sem esquecer a tradução, em 1903, da “Amplificação do Santo Decreto”, do imperador Yongzheng. Dos outros membros da Comissão, Carlos Rocha d’Assumpção também publicou obras escolares dedicadas ao estudo da língua sínica, Leôncio Ferreira estava a preparar a sua última obra de filosofia moral cristã e Lourenço Marques, porventura o mais culto apologeta do darwinismo, teve dois livros publicados em Hong Kong. Quase todos antigos alunos e discípulos de Francisco Xavier Rondina, uma figura de referência do pensamento filosófico neotomista em Macau e no ensino da filosofia no Seminário de S. José.

Olhando para o outro lado, também não existiu a fortuna de encontrar um mandarim regional, mesmo um vice-rei, verdadeiramente letrado e com uma visão diplomática para insinuar junto da elite portuguesa uma alfabetização sínica, o gosto pela pintura, pela filosofia e pela fruição da poética. Eram tempos de decadência e de desagregação, como se escreve no Relatório: “os homens de génio, capazes de dar impulso às artes ou às indústrias, ficam paralisados com a ideia de que ninguém premiará o seu mérito, e de que os seus esforços receberão do governo indiferenças em vez de recompensas. Não era

assim nos séculos passados.”²⁹ Contudo, era louvado e reconhecido o esforço de valorização escolar: “a China é com certeza o país do mundo onde a instrução primária está mais vulgarizada. Não há vila nem aldeia, onde não exista um mestre, residente em geral no pagode e vivendo ou dos rendimentos de bens determinados para isso nos testamentos de pessoas ricas ou por uma espécie de dízimo que os agricultores se apressam a pagar-lhe, feita a colheita. Com pequena excepção, todos os chins sabem ler e escrever, ao menos o preciso para as necessidades da vida ordinária e para por si sós fazerem a escrituração dos seus negócios diários e da sua correspondência.”³⁰

A complexa hierarquia do mandarinato civil e judiciário e a do mandarinato militar ocuparam a atenção da Comissão que produziu uma bem elaborada síntese informativa,³¹ decerto muito apreciada pela diplomacia portuguesa e pelos eruditos.

A difusão da cultura merece duas linhas, mencionando-se a Tipografia Mercantil de Nicolau Tolentino Fernandes, a Tipografia Noronha, as tipografias dos jornais *Echo Macaense* e *Lusitano* e a tipografia do Seminário de S. José.³² E “deve dizer-se que a liberdade de imprensa é antiquíssima na China e que os chineses fazem dela um uso moderado, e não estão no hábito de abusar; imprimem coisas que podem recrear ou instruir o público sem faltar às virtudes fundamentais e sociais impostas por Confúcio”.

Um grupo de esclarecidos e filantropos cidadãos chineses funda, na ilha da Taipa, a Associação de Beneficência Ka Sin Tong, cujos objectivos eram os seguintes: “distribuir medicamentos próprios de cada estação sob a forma de pílulas e pós; curar gratuitamente os enfermos; fazer preleções; distribuir livros; recolher papeis escritos e fazer outras obras pias.”³³

Em 1899, na capital portuguesa, João Feliciano Marques Pereira publica uma revista que tem por título *Ta-Ssi-Yang-Kuo. Arquivos e Anais do Extremo Oriente Português*,³⁴ que “constituirá uma espécie de repositório de documentos antigos, inéditos ou não, relativos à expansão portuguesa nessa parte do mundo, e bem assim de estudos, monografias, apontamentos, sobre a história, civilização, etnografia, filologia, linguística, folclore, usos e costumes de todos esses povos que estiveram ou estão em contacto com os portugueses, como, por exemplo, os chins, os malaios, os siameses,



ESTUDOS DE MACAU

os japoneses, etc.; constituindo, por assim dizer, um arquivo de notícias ou de dados curiosos que ou estão espalhados por diversas obras, algumas raras e difíceis de adquirir, ou por manuscritos, a maior parte inéditos, das bibliotecas e arquivos nacionais”. Foi uma ousada viragem cultural que procurou adicionar ao nacionalismo uma legitimação política com matizes epistemológicos, seguindo o modelo francês. E, se a sinologia ganhou um outro veículo difusor dos seus problemas e das suas necessidades de internacionalização e cooperação, não se libertou, contudo, da incestuosa ligação ao orientalismo.

Macau, entendido como um entroncamento de culturas, não é uma fórmula gasta e entediante, é sobretudo um conceito intemporal que transcende a retórica e cuja inevitabilidade assumimos com a mesma ironia com que Eça falava dos bacharéis. A persistência deste modo de pensar e de agir, flexível como o bambu, acaba por se revelar uma insuspeita superioridade porque evidencia uma diplomacia cultural de filiação aristotélica que faz do agir prudencial a pedra de toque da acção. E na arte de viver, as sucessivas elites portuguesas de Macau foram tão competentes quanto sábias.

José da Costa Nunes veio para Macau em 1902, com 22 anos, ainda estudante finalista do Seminário de Angra,³⁵ na qualidade de secretário do recém-nomeado bispo de Macau, D. João Paulino de Azevedo e Castro,³⁶ ele próprio açoriano. É importante recordar duas iniciativas do bispo D. João Paulino: em 1906 publica uma “Carta Pastoral sobre o Amor da Pátria e o Estudo da Língua Nacional”³⁷ e, em 1910, promove a aguardada reabilitação do coronel Mesquita.³⁸ Ambas, ajudarão a modelar o espírito do jovem José da Costa Nunes que será ordenado sacerdote em 1903, logo integrando como missionário o Padroado Português do Oriente. Exerceu, no decurso do tempo, diversos cargos eclesiásticos, tais como vigário-geral da diocese (1906) e governador do bispado (1907 e 1910). E assim começa o enamoramento com Macau, cujos sortilégios são assim descritos: “Mas se amávamos esta linda terra, bocadinho de Portugal transportado para o sul da China, em que tudo nos lembra a Pátria distante: língua, costumes, religião, lendas, tradições, até as igrejas que são como as de lá, até os edifícios que se parecem com os nossos; se amávamos Macau com os seus outeiros coroados de fortalezas e capelinhas, a sua paisagem é um encanto, os seus jardins, as suas avenidas, os seus monumentos,

o seu passado glorioso, o seu aspecto vetusto, as suas recordações cristãs, os seus habitantes, que herdaram dos antigos portugueses aquela Fé que de nós fez um povo missionário, e aquele patriotismo que nos levou a empresas heroicas – hoje um novo laço nos prende a este formoso rincão da Pátria Portuguesa.”³⁹

Dezassete anos volvidos, em 1920, olha para a comunidade chinesa com muita clarividência: “É certo que ao lado desta sociedade existe outra de hábitos fundamentalmente diversos: a sociedade chinesa. Volitando cada qual dentro da sua esfera, elas caminham a par uma da outra, mas não se misturam, não se fundem, não se identificam, nem tão pouco se entrechocam. Um abismo de ideias e costumes as separa. O chinês é ainda hoje o mesmo do tempo de Confúcio, pouco ou nada tendo assimilado da nossa civilização. A sua casa é chinesa, o seu viver é chinês, a sua educação é chinesa, a sua mentalidade chinesa é, chinesas são as suas comidas, chineses os seus vestidos, chineses são os seus costumes. E é este aspecto heteróclito da vida macaense que nos dá a certeza de estarmos nos confins da Ásia e não em qualquer bocadinho da pátria distante...”⁴⁰

Aponta algumas falhas, corria o ano de 1904, na administração municipal e no turismo: “talvez a mais notável ruína de todo o Extremo Oriente, – notável pelas gloriosas tradições que a ela estão ligadas, e sobretudo pelo seu alto valor artístico, é o frontispício do templo de S. Paulo de Macau, e todavia, se ali fosses, choravas ao contemplar aquela majestosa fachada, que atrai anualmente milhares de visitantes a Macau, e ao lado um monturo fétido, que te afugentaria para 10 léguas de distância. Ainda há pouco, vi numa memória francesa sobre este grande monumento do Extremo Oriente, duras, mas justas, acusações no desleixo dos portugueses.”⁴¹

É professor no Seminário de S. José⁴² e no Liceu de Macau.⁴³ Muito mais tarde recordará que do “Seminário de S. José saíram gerações de sacerdotes que tanto se distinguiram pelas suas virtudes e pelos serviços prestados à Igreja. Mais. Foi o Seminário-Colégio de S. José que deu a Macau, a Hong Kong, a Xangai, a Cantão e a vários portos da China, abertos ao comércio estrangeiro, levas de Macaenses que, pela sua boa preparação comercial, os seus conhecimentos e os seus arraigados sentimentos religiosos, grande lustre deram à Casa que os educou.”⁴⁴ Este reconhecimento é justo e não deve ser esquecido.

MACAO STUDIES

A preocupação com o acesso da comunidade chinesa à educação escolar, leva-o, em 1906, a formular as seguintes questões: “não terão, porventura, estes, direito a receberem ensino? Não merecem eles que se faça em seu proveito alguma coisa no sentido de os educar e civilizar?”⁴⁵ A resposta é muito pouco diplomática: “até à data, o elemento chinês tem estado quase completamente abandonado, apesar da densidade da população amarela que sobe a mais de oitenta mil habitantes. Se excluir os estabelecimentos religiosos de Macau onde são educados algumas centenas de chineses dum e doutro sexo, não conheço nesta bem-aventurada terra obra alguma, que mire a instrução destes 80 000 habitantes. Da parte do Governo central ou provincial ou de quem quer que seja que superintende em matéria de instrução desta colónia, a protecção tem sido nula.”⁴⁶ E será a Igreja Católica quem irá liderar o processo de escolarização

da comunidade chinesa, através da abertura de escolas e outras instituições educativas.

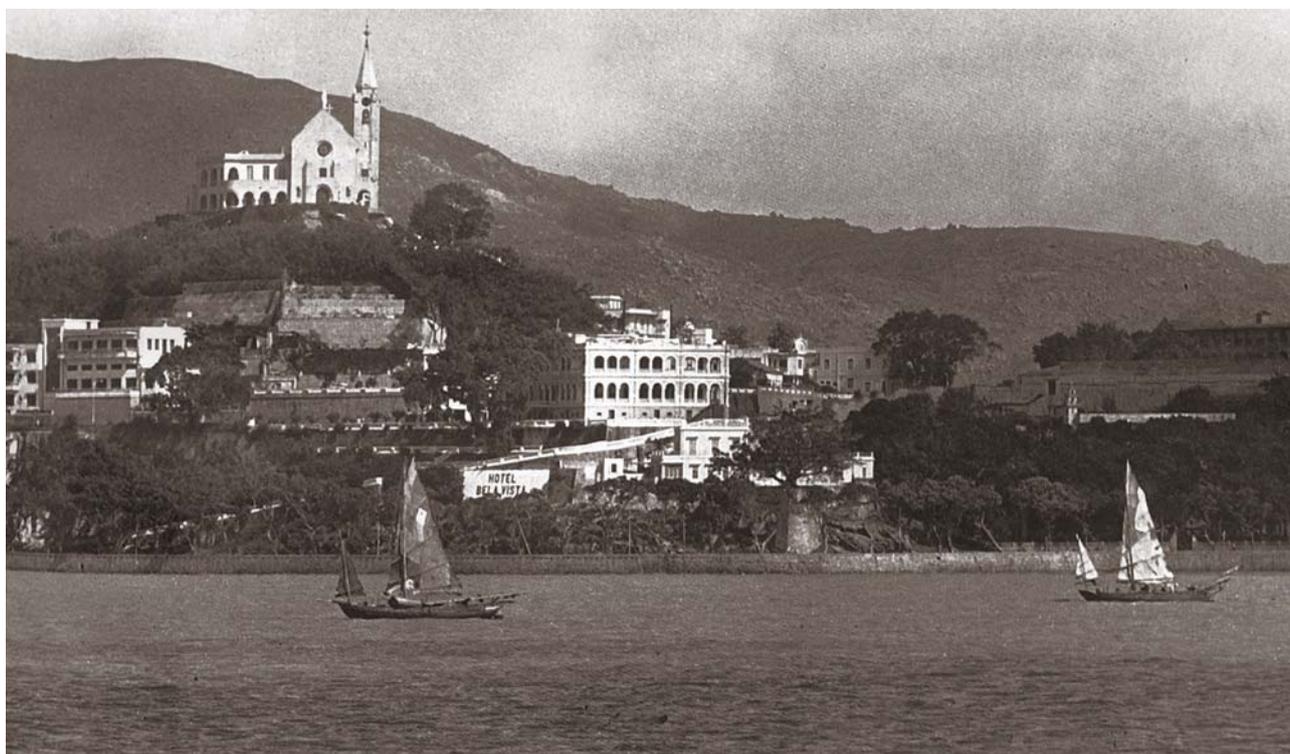
Um antigo aluno do Liceu de Macau, Joaquim Paço d’Arcos,⁴⁷ lembra o Pe. Costa Nunes então professor de Português, nas *Memórias da Minha Vida e do Meu Tempo*, como um “homem de alto nível intelectual e moral; açoriano da ilha do Pico, tinha uma bela figura e uma nobre presença; emoldurava-lhe a face, de feições muito correctas, uma barba negra bem tratada. Tinha uma voz quente e persuasiva; era muito claro e lúcido na exposição; ensinava com bondade e grande interesse. Seria ele quem, primeiro de todos, notaria nos meus exercícios de redacção a facilidade e jeito da minha escrita e me traçaria, com segurança profética, o destino de escritor.”⁴⁸

Em 1911, foi incumbido de visitar as Missões dos Estreitos, Malaca e Singapura, e a de Timor. Eram tempos conturbados, porque o regime republicano

Os fundadores do Instituto de Macau em Junho de 1920. Da esquerda para a direita: Eng. Eugénio Dias de Amorim, Camilo Pessanha, D. José da Costa Nunes, Com. Correia da Silva, Humberto de Avelar, Alm. Hugo de Lacerda Castelo Branco, Morais Palha, Pe. Régis Gervais, José Vicente Jorge, Manuel da Silva Mendes, Telo de Azevedo Gomes e Francisco Pacheco Chedas.



ESTUDOS DE MACAU



Igreja e residência da Penha, onde vivia D. José da Costa Nunes.

mostrava-se assaz intolerante em relação à Igreja. Em Macau, essa radicalização ideológica era sobretudo protagonizada pelos marinheiros que vinham nos navios da marinha de guerra portuguesas. Eram conflitos de torna viagem. José da Costa Nunes impediu, por uma vez, sozinho, a invasão do Paço Episcopal, num lance de temeridade e de valentia. Não compreendia a nova política republicana, dizendo “eu tenho ouvido falar em agentes de civilização, uma espécie de missionários laicos, ou seja um rebento, protestante, que o Governo Provisório da República Portuguesa pretendeu enxertar na nossa obra de civilização colonial. Missionários laicos!”⁴⁹

O novo regime republicano em Portugal, desde 5 de Outubro de 1910, expulsou os jesuítas e esta medida também foi aplicada em Macau. Os jesuítas dirigiam o Seminário de S. José em 1910, que contava com 82 alunos internos e com 95 alunos externos. A comunidade portuguesa protestou, indignada, junto do governador: “o jornal semi-oficial de Peking, num artigo inspirado, acaba de cobrir-nos de opróbrio e não hesitou em dizer que Macau já não tem razão de ser como possessão portuguesa, porque não tem progredido, e diz que aos esforços da China para

entrar na senda da civilização, a República Portuguesa contrapõe o exemplo de transigir com os vícios do jogo, de ópio, de prostituição, sem mostras de querer combatê-los, ao mesmo tempo que expulsa os inofensivos e beneméritos religiosos, fechando o seminário, os colégios e as casas de beneficência, que são os factores do bem. E quem, tendo filhos a educar, não sentirá a perda de tão exímios professores e professoras?”⁵⁰ Anos mais tarde, será José da Costa Nunes quem corrigirá esses excessos republicanos, devolvendo a tranquilidade ao Seminário de S. José que continuou a cumprir a sua missão.

Os problemas diplomáticos com a China ensombriam o desenvolvimento de Macau. O governador Álvaro de Melo Machado recorda, em 1913, que “as grandes dificuldades vieram sempre a Macau, dos mandarins e dos vice-reis da província de Cantão; mas se soubermos ser políticos, e andarmos avisados, não é crível que a nossa existência no oriente termine antes de começar a ser instável para outras potências estrangeiras. Para as outras nações todo o interesse está na política geral da China, e no seu modo de proceder. Para Portugal, embora não possa ser-lhe indiferente a situação geral, é especialmente importante tudo o que

diga respeito à província de Cantão, onde se encontra situada, de cujos territórios, comércio e indústrias vive, e de cuja população e capitais precisa.”⁵¹

José da Costa Nunes fundou, em 1915, a revista *Oriente*, uma publicação efémera que terminou ao fim de uma dúzia de números. Manteve também uma colaboração regular na imprensa de Macau e dos Açores.

Após o falecimento de D. João Paulino de Azevedo e Castro é nomeado bispo de Macau e Timor (1920-1940).

Em Março de 1922 fez uma breve visita a Lisboa, em trânsito para Roma, não gostando de observar o (des)governo de país à beira da guerra civil: “Cercada por vinte e cinco mil soldados e meio anarquizada por greves com bombas à mistura, deixei Lisboa no dia 10 do corrente. Faz pena ver um país tão lindo, de clima tão suave, com paisagens que são um encanto, com tradições tão honrosas, com uma história que é uma das mais gloriosas histórias do mundo, assim trabalhado pelo espírito revolucionário...”⁵² Estes traços de um certo conservadorismo monárquico desaguarão, com alguma naturalidade, no Estado Novo que até poderia configurar uma solução de compromisso histórico entre dois mundos antagónicos: “Lloyd George, sem ser um génio, nem um sábio nem coisa que se pareça, passando mesmo por um homem regularmente ignorante, quero dizer, falho de cultura geral, exerceu, até ainda há poucos meses, uma influência extraordinária sobre a Europa e conquistou para o seu país uma situação preponderante na política mundial. Lenine, dotado dum espírito arguto e possuidor de conhecimentos vastos, arruinou o colosso moscovita, reduzindo à miséria o povo que o tem como ditador.”⁵³

Efectua uma visita pastoral a Timor em 1937 e reporta ao Ministro das Colónias a sua visão cristã e humanista sobre a missão educativa portuguesa: “eu entendo que toda a nossa actividade colonizadora e educativa deve reverter em benefício directo do indígena e não em benefício do branco.”⁵⁴ Continua a desenvolver a ideia: “conheço colónias, que se dizem muito desenvolvidas, muito progressivas, muito ricas. São-no, de facto. Mas as riquezas estão nas mãos dalguns europeus, ao passo que a população nativa vegeta no mesmo desconforto e ignorância dos tempos primitivos. Isto não é colonizar; é explorar. E mal vai às nações coloniais, que marcham num tal caminho, numa época, como a que estamos vivendo hoje”. Via na educação um verdadeiro motor do desenvolvimento

da sociedade: “as nossas escolas, em número de 46, são frequentadas por 2424 alunos e tendem a desenvolver-se num ritmo que poderia classificar-se de acelerado, caso dispuséssemos de mais pessoal ensinante e mais meios pecuniários”.

O Pe. Manuel Teixeira publicará um número especial do *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*, do qual era director e editor, dedicado a essa visita pastoral a Timor. É um impressionante testemunho de tudo quanto se fez, incluindo um precioso registo fotográfico. Uma parte significativa de toda essa obra será destruída pelos japoneses na segunda guerra mundial, quando invadiram Timor. Mas, qual era na realidade o trabalho de um missionário? O missionário “é, antes de tudo, um pregoeiro do Evangelho, mas, sem descuidar este ponto principal do seu santo ministério, pode também ocupar-se no estudo de outros assuntos, como os costumes dos povos com quem está em contacto, a sua índole, a sua mentalidade, a sua língua, a sua história, lendas, tradições, religião, superstições,

D. José da Costa Nunes, bispo de Macau.



ESTUDOS DE MACAU



folclore, etc. São assuntos na maior parte desconhecidos, e vulgarizá-los é colaborar numa obra de civilização, que se liga intimamente ao apostolado religioso. E ninguém melhor do que o missionário pode estudar a vida íntima, doméstica, social, religiosa e histórica das populações indígenas, dada a convivência de anos que é forçado a manter com elas.”⁵⁵ A melindrosa temática da superioridade moral e civilizacional do colonizador e as políticas assimilacionistas, educativas e assistenciais, não devem ser retiradas ou desfocadas desse enquadramento político, das relações internacionais do seu tempo ou de um pensamento filosófico e jurídico legitimador dessas teses eurocêntricas e imperiais.⁵⁶

As preocupações com a educação e com as escolas acompanham-no sempre. Basta mencionar que quando saiu da diocese de Macau, em 1940, o número de escolas era de 96 (em 1920 existiam 47) e os professores eram 331 (em 1920 eram apenas 124).⁵⁷

A sua carreira eclesiástica será invulgarmente vertiginosa, porque D. José da Costa Nunes foi de facto um homem de raras qualidades humanas, pastorais, intelectuais e cívicas.

É nomeado arcebispo metropolitano de Goa e Damão (1940-1953), primaz do Oriente e patriarca das Índias Orientais (1940) e arcebispo titular de Cranganor (1940). Foi para Roma com o título de arcebispo titular de Odessa e vice-camerlengo da Santa Sé. O Papa João XXIII fê-lo cardeal em 1962, passando a residir no Vaticano.

Todos estes cargos, adornados de pompa e brilho é certo, pouco mexeram com a sua maneira de ser, com o seu patriotismo e com a fraternidade cristã de que deu sobejas provas ao longo da sua vida. Diziaque se “quisermos ser grandes, façamo-nos pequenos, confessemos a nossa total dependência do poder absoluto de Deus e reconheçamos que, sem Ele, nada somos, nada podemos e nada conseguimos.”⁵⁸

Em 1964, é-lhe atribuída a distinção de Cidadão Benemérito de Macau, por iniciativa do Leal Senado de Macau. Recebeu a Grã-Cruz do Império Colonial em 1946 e a Grã-Cruz da Ordem de Cristo em 1953.

A pensar na cisão violenta, mas inexorável, do Império, que começou exactamente na Índia, poucos anos após a sua saída, dirigiu uma mensagem, no jornal *Diário Popular*, em 1967, aos portugueses de Goa,

Damão e Diu, incutindo-lhes uma dose suplementar de patriotismo e assegurando que a espiritualidade cristã e as raízes telúricas estão sempre onde há portugueses: “quem viaja pelo Oriente tropeça a cada passo com recordações do Velho Portugal, na sua maioria marcadas de cunho religioso. Se as fortalezas de Goa, Damão, Diu, Malaca, Japara, Macáçar e tantas outras falam da heroicidade da gente lusa, mais falam do nosso espírito cristão as igrejas que por lá erguemos; mais acentuam a nota religiosa os descendentes das numerosas cristandades que semeamos pela Índia e Ceilão, pela Birmânia e a Malásia, pela Tailândia e o Camboja, a China e o Japão, as Celebes e as Molucas, as incontáveis ilhas da Pequena Sonda e outras terras da chamada Índia Meridional”.

Estava firmemente convicto de que “Diu, Damão e Goa, parcelas do território nacional arrancadas à força, conservarão sempre, através de gerações e gerações, entranhado afecto à Religião e à Nação Portuguesa”,⁵⁹ até porque o “hinduísmo indianiza, ao passo que o cristianismo forma o homem integral que se move à vontade em todos os climas sociais. A Igreja, por isso mesmo que respeita todas as culturas, não impede que seus filhos abracem a que mais lhes aprouver.”

Mas não deixa de reflectir no sentido pessimista de alguma historiografia: “Ah! Se Oliveira Martins e outros demolidores do sentimento patriótico por aqui tivessem andado, certamente que rasgariam a sua obra destrutiva, que a minha geração leu de sorriso escarninho nos lábios! Daí veio este cepticismo e esta espécie de neurastenia nacional, que acometeu o país.”⁶⁰ Para além de atacar violentamente o anticlericalismo de Pinheiro Chagas, diz que “é forçoso confessar que a nossa história anda muito *falsificada*, mercê duma espécie de daltonismo intelectual, que atacou os espíritos liberais do século passado e os levou a cometer graves erros de visão.”⁶¹ Porque esta visão imperial da história não induzia o patriotismo, desvalorizava o papel da Igreja e desconfigurava toda a arquitectura das certezas religiosas e morais. O governo português, em 1932, através do ministro da Instrução Pública, Gustavo Cordeiro Ramos, faz uma efectiva campanha de nacionalismo e de nacionalização, lembrando que “o ensino da História de Portugal tem sido negativista e derrotista. Péssima foi a semente que lançou no



ESTUDOS DE MACAU

espírito da nossa mocidade escolar a obra histórica de alguns escritores, mais artistas e filósofos do que críticos e historiadores, nada mais fazendo que desgostar os portugueses de serem portugueses”⁶² pelo que tudo quanto seja “elemento de dissolução nacional, de enfraquecimento da confiança no futuro, falta de gratidão para com os esforços dos antepassados, deve ser objecto de censura”. Por isso, o sistema escolar sempre foi olhado com alguma atenção, especialmente os leitorados em universidades estrangeiras.⁶³

É o patrono do Jardim Infantil D. José da Costa Nunes, desde 1945, em Macau e nos Açores, na ilha do Pico, da Escola Básica e Secundária da Madalena.

Em vida, já tinha doado a sua casa de família, na Candelária, para nela ser instalada uma Escola Infantil e uma obra de assistência. Nessa ocasião, em 30 de Agosto de 1970, disse: “ao inaugurar-se hoje, oficialmente, a Casa de S. José, começo por dizer-vos que considero este dia um dos mais felizes da minha vida. É que na minha longa existência, passada quase toda em terras distantes, nunca esqueci o lugar onde nasci, onde viveram meus pais, onde aprendi a ler, onde colhi as primeiras noções morais, que estruturaram toda a minha vida.”⁶⁴

Esquecida tinha ficado a sua obra doutrinária, a obra ética e moral, a obra pastoral, histórica e apostólica, avultando entre elas as “Cartas aos Sacerdotes da Arquidiocese de Goa”, publicadas em 1947. José da Costa Nunes foi um prosador de fôlego, um pedagogo esclarecido e um pensador da existência e da acção humana.

A sabedoria adquirida ao longo da sua mundividência intercontinental pode ser uma motivação para o estudo e para o ensinamento dos seus concidadãos e também uma fonte de inspiração para uma moral kantiana do dever.

Surge a figura providencial do Pe. Tomás Bettencourt Cardoso, em Macau, que se ocupa da edição dos textos do Cardeal Costa Nunes, isto é, da Obra Completa, que se alargou em 17 volumes, a saber: *Estudante/Jornalista; Escritos; Cartas da China; Documentos Oficiais; Pastorais; Conferências; Viagens; Crónicas; Entre Chineses e Entre Malaio; Cartas ao Padre Ernesto Ferreira; Documentação Oficial; Magistério do Patriarca; Cartas aos Sacerdotes da Arquidiocese de Goa; Cartas aos Jovens Goeses; Cartas aos Católicos de Goa; Cartas de Roma; Últimos Escritos*. Faltou apenas uma fotobiografia. A benemérita Fundação Macau foi a editora deste grande empreendimento cultural.

O Pe. Tomás Cardoso idealizou o projecto dos Missionários Açorianos em Macau, “cozinhado nos começos de 1994 e submetido, oportunamente, aos Bispos de Macau e de Angra, ao Governador de Macau, ao Secretário-Adjunto para a Administração, Educação e Juventude e ao Presidente da Fundação Macau – não teríamos ficado tão longo tempo no Oriente, onde chegamos a 30 de Dezembro de 1989, sem nunca ter deixado de dar o nosso possível contributo pastoral à Igreja, nesta Diocese, em especial, ao serviço dos Portugueses na Taipa e Coloane.”⁶⁵

Ao seu labor devemos igualmente a organização das reedições ou edições fac-similadas das obras de D. João Paulino de Azevedo e Castro, Pe. José Maria Fernandes, D. José Alvernaz, D. Jaime Goulart e D. Arquimínio Rodrigues da Costa.

Jorge Rangel publicou um importante estudo, *D. José da Costa Nunes, Cidadão Benemérito de Macau*,⁶⁶ e dele retiro o excerto de um artigo do Prof. Vitorino Nemésio, publicado no dia 15 de Novembro de 1955 no *Diário Insular* de Angra do Heroísmo: “A nós outros, que não temos nenhuma das respeitáveis inibições de situação e de cargo que nos limitariam à atitude protocolar e arquimedida diante de um prócere nacional e príncipe da Igreja, o que nos move e comove, ao falar do Senhor D. José da Costa Nunes, é o padre exemplar, o amigo longânimo, o português de têmpera e, de tanta sacralidade e honraria, poder ficar chão e indulgente como quem nasceu e é. Interessa-nos o chefe espiritual que pôde, num homem de acção chamado a altos destinos, conservar a cordura da gente da ilha do Pico, o seu espírito de modéstia, de justiça e de valentia, a sua patriarcalidade nativa, generosa e robusta : o homem dos doze quilómetros a pé pelos trilhos asiáticos e europeus, tão diários como a missa matinal, o vigilante de colégios, descobridor de vocações, tutor de meninos órfãos – e, por cima de tudo isto, homem do mundo sem o deixar de ser de Deus.”

Palavras sábias, comovidas e verdadeiras.

Mons. Manuel Teixeira, admirador confesso da vida e obra de D. José da Costa Nunes, aponta-lhe uma falha que reputa de imperdoável, não ter escrito as suas memórias: “A vida do Cardeal Costa Nunes daria um grosso volume. Pena é que não tivesse escrito as suas *Memórias* como tantas vezes lhe pedimos oralmente e por escrito. Cinquenta anos de missionário no Oriente

D. José da Costa Nunes na Gruta de Camões em Macau.



ESTUDOS DE MACAU

(1903-1953) constituem um *record* de que bem poucos se podem gloriar. Quantos episódios ignorados, quantas facetas novas, quantos caracteres, surgiriam nessas *Memórias!*⁶⁷

Faleceu aos 96 anos de idade em Roma, a Cidade Eterna, em 1976.

UM OLHAR SOBRE A CHINA

“... mas não sabes que a China é uma esfinge?”
José da Costa Nunes, 1909

“Na África, no Brasil, na Índia e na Malásia nacionalizamos;
na China, porém, jamais conseguimos assimilar chineses”
José da Costa Nunes, 1932

Nos alvares do século xx a China continuava a exercer um enorme fascínio sobre a Europa, em particular sobre os portugueses, dada a continuidade do estabelecimento de Macau.

Viajantes e aventureiros, comerciantes e missionários, professores e militares, magistrados e funcionários públicos com o respectivo universo familiar constituíam esse espectro populacional especialmente talhado para a mobilidade, uma mobilidade que frequentemente consumia a vida.

O que se podia ler, em língua portuguesa, sobre a China⁶⁸ era diversificado e pouco sistematizado, obedecendo a impulsos individuais de curiosidade e de deleite intelectual, à burocracia dos relatórios oficiais ou a critérios ditados pela oportunidade jornalística. O que não terá cismado a imaginação criadora após a leitura de uma lista de presentes para o vice-rei de Cantão onde, entre diversos objectos, figurava um “homem selvagem que veio de Bórneo?”⁶⁹ Agustina Bessa-Luís formula esta pergunta sibilina, “até que ponto a Enciclopédia e o espírito voltairiano não teriam entrado pela Porta do Cerco, de Macau?”⁷⁰ Nunca se saberá com rigor factual, mas é uma hipótese verosímil.

A imagem social e cultural de Macau e da China difundida pela literatura⁷¹ seria, porventura, de bastante menor impacto do que aquela que era veiculada pelas enciclopédias que se dirigiam a públicos⁷² com interesses heterogêneos e com diferentes apetências culturais.

Manuel Pinheiro Chagas⁷³ coordenou o *Dicionário Popular, Histórico, Geográfico, Mythológico, Biográfico, Artístico, Bibliográfico e Litterario*, um empreendimento de grande tomo, com vários volumes, servida por colaboradores com reputação intelectual,

científica, política ou literária. Os artigos dedicados a Macau⁷⁴ e à China,⁷⁵ e também a Ferreira do Amaral e a Vicente Nicolau de Mesquita, não se encontram assinados, mas tudo leva a crer que tenham sido redigidos pelo antigo governador de Macau, Carlos Eugénio Correia da Silva, visconde de Paço d’Arcos e capitão-de-fragata da marinha de guerra.

O público leitor ficaria a saber que os “chineses são polidos, muitíssimo trabalhadores, venais, ladrões, e em geral fracos. Têm um intolerável orgulho nacional. [...] A cozinha dos chineses é odiosa o mais possível a estômagos europeus, considera como manjares dos melhores os cães, os gatos, os ratos, os sapos, os bichos de seda, os bichos da terra; mas estes só se comem em ocasião de fome, e os ninhos de salangina que é uma andorinha do mar. O pior é que os chineses foram antropófagos até uma época muito adiantada de civilização.”⁷⁶ A informação aparecia descontextualizada, quiçá preconceituosa e poderia favorecer juízos apressados ou asserções pouco rigorosas, repelentes de outros caminhos informativos.

José da Costa Nunes, aos 29 anos publica no semanário de Macau, *Vida Nova*,⁷⁷ em 1909, uma muito interessante e invulgar série de artigos sobre a China, sob a forma epistolar,⁷⁸ de resto, um género com grande tradição na nossa cultura. Nesse mesmo periódico macaense, e no ano em apreço, Manuel da Silva Mendes publica dois importantes estudos,⁷⁹ o que denota um grande pluralismo opinativo e a consequente liberdade concedida aos colaboradores. Também em 1909, Paul Claudel⁸⁰ terminava o seu ciclo diplomático chinês, iniciado em 1895 no consulado francês em Xangai, que foi determinante para a sua evolução estética e literária e decisivo na formação do seu pensamento sinológico.

Em Macau, era de todo invulgar que um sacerdote português ousasse escrever sobre a China, facto que revela muita coragem, coragem para discorrer sobre os impensados, para afrontar os interditos e os mal-entendidos decorrentes da instabilidade política e diplomática, sobretudo quando as ideias republicanas estavam a fazer o seu caminho, quer em Portugal, quer na China.

Este é um ensaio maior da sinologia portuguesa, de pendor ético e filosófico, prenunciador e precursor de novas abordagens. Estranha-se que tenha passado despercebido, desvalorizado mesmo, durante tanto tempo.

José da Costa Nunes seguirá uma metodologia inovadora na sua abordagem à China, lembrando que “o desprezo, a que se votou durante muitos anos, nos meios científicos europeus, o estudo das civilizações orientais, fez conceber ideias erróneas sobre essas civilizações e sobre os homens que as encarnaram e lhes imprimiram um cunho da própria personalidade.”⁸¹ Por outro lado, salienta que a “alma chinesa é para nós, os ocidentais, um paradoxo, uma coisa feita de absurdos e incoerências, de fantasias e superstições. É difícil penetrar na psicologia deste povo e defini-la em traços precisos e claros.”⁸² Refere, com bastante ironia, que os “viajantes, ávidos de informar a Europa do que se passa no grande Império do Meio, pintam-nos uma China *sui generis*, feita à imagem e semelhança das impressões subjectivas, colhidas, a esmo, neste ou naquele ponto, por onde passaram *à vol d’oiseau*. Compara dois livros de *touristes* e receberás a impressão de que a China será tudo [...] menos o que eles escreveram.”⁸³ Contudo, a advertência aí fica: “a China não é bem o que hoje presenciamos no litoral em contacto com os *amarelos*, cujos costumes, mais ou menos, se hão modificado com a aproximação da civilização ocidental. A verdadeira China esconde-se, cuidadosamente, aos olhares curiosos do estrangeiro, vivendo tranquila no centro do Império, aonde não pode chegar a vista perspicaz do europeu.”⁸⁴

Vamos procurar seguir o seu raciocínio, delineado com uma clareza cartesiana e com um fôlego de prosador.

A biblioteca do Seminário de S. José gozava da reputação de ser vasta e actualizada e José da Costa Nunes começa nessa instituição a sua primeira formação sinológica⁸⁵ nas línguas francesa e inglesa, não descurando a história e a tradição portuguesas, “é sestro meu, este de vagamundear pelas páginas da nossa história antiga”,⁸⁶ notando com orgulho que “aqui na China eu vim ler uma dessas páginas gloriosas da nossa história – não uma página salpicada de sangue, como essas escritas pela espada valorosa dos guerreiros lusitanos. Uma página muito mais bela, muito mais amorosa! Escreveram-na os missionários portugueses no coração deste bom povo chinês. Aquelas admiro-as, esta amo-a.”⁸⁷

Equacionando a história da China enquanto problema de cultura e de política, não deixa de reflectir: “mas será bem orientado este movimento de ideias, que se debuxa na mentalidade chinesa? O primeiro

defeito está em o reformismo chinês pretender rasgar descriteriosamente todo um passado, onde há belas coisas, que merecem ser respeitadas e conservadas; o segundo, nos excessos, que acompanham sempre a modificação de um modo de ser, consagrado pelos séculos. Estes excessos já os coçamos a ver na guerra travada entre o governo imperial de Pequim, mais ou menos defensor do conservantismo chinês, e os reformistas, que se apressam, demasiadamente a tocar a meta dos seus desejos, sem notar que um povo não pode, de repente e sem preparação, sair de um estado de coisas, sobre que repousa toda a engrenagem do seu viver íntimo, para um meio completamente diferente e hostil ao seu passado. *Evolucionar* e não *revolucionar* devia ser o lema dos reformistas chineses. Esperemos que eles se orientem neste sentido e que – conjugando todos os seus esforços numa acção comum – consigam fazer ressurgir dos escombros do passado uma China nova, moderna, civilizada, cõscia dos seus direitos e dos seus deveres e capaz de cumprir a missão histórica, que a Providência lhe destina.”⁸⁸

Confúcio é uma figura nuclear, para o bem e para o mal: “refiro-me ao isolamento dos *amarelos* e às doutrinas de Confúcio, o *grande mestre*, que ainda hoje, a quase xxiv séculos de distância, ilumina, como meteoro brilhante, as vastas regiões da Ásia Oriental. A civilização chinesa é incompreensível, medonhamente escura, sem o conhecimento do confucionismo e da sua influência sobre a sociedade chinesa. Confúcio não domina apenas uma época, domina uma civilização muitas vezes secular. É um vulto de proporções hercúleas, que se descobre facilmente, sempre que tentamos estudar o Extremo Oriente. Os costumes e as ideias do povo chinês, a forma e a fisionomia desta grande nação são o resultado lógico da doutrina confucionista. Desde já devo dizer-te que Confúcio não foi o fundador de uma religião, como muitas vezes se supõe. Foi um filósofo, um moralista, um especulativo, que, elevando-se nas lucilações do seu génio brilhante e ajudado dos seus sentimentos de rectidão e justiça, de bondade e amor, conseguiu superiorizar-se, subir muito acima da craveira vulgar dos outros homens. Eu creio que poucos filósofos da antiguidade pagã conseguiram descobrir verdades de tão sã moral, como Confúcio, Lao Tze, Mêncio e outros moralistas chineses.”⁸⁹

Não obstante todos os solavancos da história “pode dizer-se, de um modo geral, que tanto os filósofos chineses, como os artistas, políticos, literatos,

ESTUDOS DE MACAU

sociólogos, etc., que exerceram certa influência sobre os seus concidadãos, olhavam para trás, isto é, não trabalhavam por introduzir uma inovação no *modus vivendi* chinês, por alterar, aperfeiçoando, a orientação seguida pelos antepassados. Só era bom o que estava sancionado pela antiguidade e quem tentasse modificá-lo corria o risco de se ver só, isolado, quando não fosse perseguido como um elemento perturbador do bem estar social. Desta sorte, a China imobilizou-se e tornou-se mesmo incapaz de progredir. Além disso, como consequência do *isolamento dos amarelos*, a China nunca experimentou, de uma forma directa e eficaz, a acção civilizadora do Cristianismo, que transformou os povos do Ocidente. Como sabes, a Europa foi civilizada pela Igreja, cujo Fundador foi o primeiro a ensinar aos homens a Liberdade, Igualdade e Fraternidade, essa trilogia admirável, que 18 séculos mais tarde a Revolução – atribuindo-se a inventora destas três fontes de bens para a humanidade – havia de escrever em letras de sangue no famoso livro dos *Direitos do Homem*, deturpando-lhe o sentido e transformando-a em arma de guerra contra o seu verdadeiro Autor.⁹⁰

Em termos particulares, nacionais, “quando perpassamos pela mente a longa lista de serviços que Portugal prestou à Igreja na China, sentimo-nos orgulhosos de ver o nome da nossa pátria assim aureolado de glória. Pena foi que, quando se assinou o primeiro tratado anglo-chinês em 1842, já se tivessem retirado de Pequim os padres portugueses da Missão de S. Vicente de Paulo, que tinham ido substituir os missionários jesuítas.”⁹¹

Na sua qualidade de clérigo é particularmente sensível à dimensão pessoal e social da religião, “nota-se no povo chinês um facto, que não é muito vulgar entre os outros povos. Não é sectário, religiosamente falando, como são, por exemplo, os muçulmanos. Basta ser medianamente lido em coisas chinesas para se chegar à seguinte conclusão: o chinês tolera todas as religiões, contanto que estas não contrariem os seus hábitos, as suas tradições, as suas velhas instituições familiares, políticas e sociais. Um deus de mais ou de menos, vindo da Europa ou da Índia, da América ou da Oceânia, é questão a que não liga a menor importância.”⁹²

Realça que foi o budismo “que, em grande parte, contribuiu para o amortecimento do sentimento religioso dos chins, fazendo-o substituir pela baixa e degradante superstição tão radicada na alma deste povo

– outrora tão religioso e moral, hoje tão indiferente e materializado.”⁹³

Entendia a arte como uma afirmação de sentido entre o humano e o divino, considerando chocante “ver o que sucede num *pagode*. O chinês entra aí sem nenhum respeito, sem o mínimo sinal externo de reverência, ri, conversa, graceja, fuma, come, negoceia, discute, questiona, como se estivesse numa praça pública. Os seus templos, frios como os gelos do norte e materializados como a alma do incrédulo, não lhe falam ao sentimento, não lhe aquecem o coração, não lhe elevam o espírito à consideração de uma ordem de coisas sobrenaturais. Mudo como uma estátua e árido como um deserto, o *pagode chinês* é uma criação fantástica dum cérebro doentamente supersticioso. Nem arte – essa arte que materializa na pedra ou no mármore o Bem e o Belo; nem sentimento – esse sentimento que fala, que seduz, que atrai, que se comunica às almas, transformando-as; nem majestade – essa majestade que se impõe pelo *quid* de espiritual que ressumbra de toda a sua grandeza; nem devoção – essa devoção que dignifica e comove, que espiritualiza e eleva! O *pagode chinês* é o resultado lógico do indiferentismo religioso dos Celestes.”⁹⁴

Confúcio parece estar no centro de todos os problemas: “sou um admirador de Confúcio, mas essa admiração não me leva a calar as impressões de desagrado, que recebi ao ler a sua obra.”⁹⁵ Porque “se Confúcio não fosse um homem superior, o seu nome não teria atravessado os vinte e quatro séculos, que nos separam do seu nascimento. O esquecimento é o prémio que a história concede às vulgaridades.”⁹⁶

Procura acentuar algumas divergências, “acerca de Confúcio, que é a mais viva personificação do espírito chinês, correm, como verdades axiomáticas, ideias perfeitamente inaceitáveis que não repousam absolutamente sobre dados certos e incontroversos e que têm levado várias escolas a emitir julgamentos injustos acerca da doutrina do moralista chinês. Foram esses juízos – que passam como teses demonstradas que criaram em volta de Confúcio uma atmosfera de menosprezo, de desdém, que muito tem contribuído para depreciar a memória do sábio chinês.”⁹⁷

Mas, apesar de tudo “não deixa de ter graça o facto de Hegel classificar de *vulgar*, no sentido depreciativo do termo, a moral confucionista – Hegel que afirma que a moralidade é a harmonia do homem com a natureza, que negou a imortalidade da alma, que

destruiu os princípios de moralidade, não admitindo nem liberdade, nem diferença real entre o bem e o mal, que confundiu Deus com o mundo, dizendo que ele era a vida, o espírito e o movimento universal, que atribui ao homem colectivo as prerrogativas da Divindade, que ensinou enfim um panteísmo, se não materialista como o de Spinoza, um panteísmo espiritualista, que leva também à negação de Deus. Tais erros nunca os ensinou Confúcio.”⁹⁸

José da Costa Nunes reconhece que “é sobretudo no *Lun U*, que mereceu o desprezo de Hegel, onde estão compendiados os seus ensinamentos morais. Não se pode ler essa obra sem se sentir um profundo respeito de admiração por Confúcio. É ali que se revela bem a alma do moralista chinês, o culto que ele prestava à virtude e os sentimentos de bondade que procurou inculcar nos seus discípulos. Que belas máximas sobre o amor do próximo, sobre os deveres morais do homem, sobre o modo como cada um se deve ir aperfeiçoando gradualmente até chegar a possuir a sabedoria e a virtude!”⁹⁹

E, com alguma indisfarçável superioridade moral, assevera que “pelo estudo que tenho feito dos sentimentos deste filósofo, eu estou convencido de que ele, se vivesse alguns séculos mais tarde e se tivesse conhecimento do cristianismo, havia de abraçá-lo com todo o fervor de um crente e propaga-lo com todo o entusiasmo de um apóstolo. Poucos pagãos observaram tão bem a religião natural, como o grande moralista chinês. Quem não admirará, por exemplo, esse belo trecho da moral mais pura, onde Confúcio traçou a um dos seus discípulos o caminho que devia seguir para alcançar a virtude e a sabedoria? ‘Pratica o bem, diz o mestre, em todo o tempo, em todos os lugares e em todas as circunstâncias possíveis, e serás, sem dúvida, virtuoso e sábio.’”¹⁰⁰

Pensando bem, “mas qual foi o resultado de Confúcio se abster de pisar um terreno que lhe era defeso? Os discípulos, à vista do seu silêncio sobre assuntos religiosos, materializaram a sua doutrina. O mestre não lhes explicara o que lhes sucederia depois da morte, não lhes dera ideias precisas e claras sobre os mistérios da vida presente e de além-campa, não lhes ensinara dogmas nem doutrinas especulativas, não lhes precisara os deveres que tinham a cumprir com o Ser Supremo, e eles tiraram uma conclusão, bem oposta às ideias do próprio Confúcio, conclusão, que de forma alguma está contida nas premissas do

Confucionismo: Não existe uma vida futura, ninguém sabe o que seja o Céu, logo ... tratemos de auferir desta vida a maior soma de bens materiais, pautando o nosso procedimento pelo interesse pessoal. Daqui nasceu o egoísmo, um dos maiores defeitos da raça chinesa, e em grande parte o indiferentismo religioso, que se nota na população do Celeste Império – indiferentismo, que é um dos maiores obstáculos à penetração do cristianismo na China.”

Confúcio “não foi um filósofo no sentido rigoroso do termo. Foi simplesmente um moralista prático, que procurou adaptar ao meio social chinês os princípios de moralidade bebidos no estudo da antiguidade”,¹⁰² sendo legítimo perguntar “onde foi ele buscar esses alicerces? À *piedade filial*. Foi aí que julgou ver a fonte de todas as virtudes, o fundamento de todo o edifício social. E aqui está o grande, o maior erro de Confúcio. Sem se justificar, o facto tem uma explicação. Confúcio procedeu assim, porque, sendo a

Escudo de S. Exa. Revma., reproduzido na pasta oferecida pela comunidade portuguesa de Hong Kong.



ESTUDOS DE MACAU

piedade filial a instituição que mais fundas raízes havia lançado na alma chinesa, que melhor base – julgou ele – poderia encontrar para impor ao povo chinês a prática da virtude? Que mais sólido esteio para a sua doutrina do que essa velha instituição nacional, que ele, com os seus ensinamentos, ainda procurou revigorizar e desenvolver entre os seus concidadãos?”¹⁰³

Confúcio “levou, pois, o povo chinês a desconhecer praticamente, o que fosse a virtude, no sentido religioso do termo, desde o momento que escolheu para base dessa virtude não a ideia da Divindade, mas a *piedade filial*, bela, sem dúvida, no seu aspecto fundamental, mas perniciosa pelas terríveis consequências e abusos a que tem dado lugar entre a população deste Império. A mais terrível destas consequências foi o infanticídio, uma das mais horrorosas chagas que corrói o organismo da sociedade chinesa.”¹⁰⁴

No limite do absurdo, “chegou a perversão a ponto do pai se julgar com direito a vender os próprios filhos ou a riscá-los do número dos vivos, se qualquer motivo assim o aconselhasse. Este direito de morte exerce-se sobretudo nas recém-nascidas, porque estas, além de não poderem perpetuar o nome de família, são incapazes de continuar o *culto dos antepassados*. Por isso o pai deseja deixar muitos descendentes varões para que estes, logo que o seu espírito se desprenda do corpo, lhe ofereçam sacrifícios a fim de que a sua alma não venha a sofrer, no outro mundo, os castigos das suas faltas. E aqui está a razão principal do amor egoísta que os pais têm aos filhos e do ódio ou desprezo que nutrem pelas filhas – ódio que, como disse, os leva a tirar-lhes a vida apenas nascem, ou a criá-las até à idade em que as possam

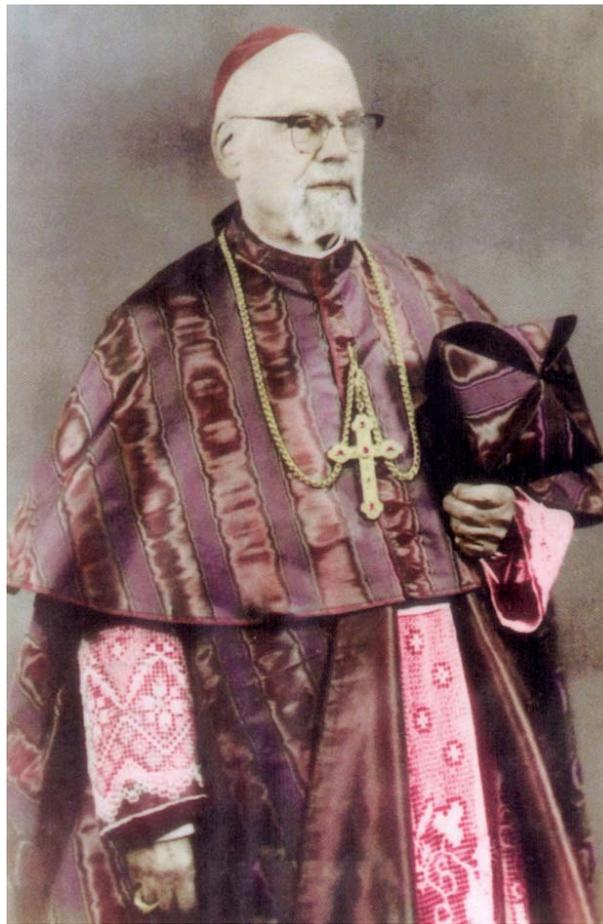
vender aos prostíbulos infames da devassidão. Mas – pergunto – qual é a responsabilidade de Confúcio nestes excessos, que a razão e o sentimento condenam? Nenhuma.”¹⁰⁵

Olvidado tem sido o desempenho político de Confúcio, “como ministro, não ligou a mais pequena atenção ao desenvolvimento material do seu país.

Ao contrário, extinguiu nos seus compatriotas todo o entusiasmo por uma ideia nova, por uma descoberta, por um melhoramento útil, por qualquer coisa, que representasse progresso, adiantamento, avanço material. O impulso que Confúcio imprimiu à China foi um impulso retroactivo. Fez regressá-la às vetustas idades de *Yao* e *Chun*, isto é, fez com que este grande império retrogradasse 7 séculos, levando o povo a apaixonar-se pelos tempos daqueles dois reis, que viveram setecentos anos antes de Confúcio.”¹⁰⁶

C o n f ú c i o “emperrou toda a acção evolutiva da China convencendo os seus concidadãos de que só o passado era bom e de que o futuro devia ser, portanto, vasado nos

moldes rotineiros da antiguidade. Era aí, na imitação do passado, que residia a felicidade do Império! Que péssimo político não era o célebre moralista chinês!”¹⁰⁷ e “sabendo-se que ainda hoje a educação literária da juventude chinesa se limita, com raras excepções, ao estudo dos *Quatro Livros* e dos *Cinco King* – a base do ensino clássico – compreende-se facilmente o atraso intelectual deste povo e a influência – que não duvido classificar de perniciosa sob o ponto de vista político e religioso – do confucionismo na formação da mentalidade chinesa”,¹⁰⁸ parece “indispensável que



Cardeal D. José da Costa Nunes.

a juventude rompa com a orientação que Confúcio imprimiu à sociedade chinesa, deixando de adorar o passado para encarar o futuro numa aspiração de progresso, no mesmo desejo de avançar que impulsiona modernamente os povos cultos. Sem isto, sem esta modificação nos processos educativos chineses, jamais esta nação, tão rica e populosa, poderá evolucionar e adquirir a posição predominante, que por direito lhe pertence em todo o Extremo Oriente.”¹⁰⁹

Em termos políticos, “os princípios, que regulam o regime representativo, são contrários ao sentir do povo chinês e aos ensinamentos de Confúcio, que são ainda hoje, para a quase totalidade da nação chinesa, a mais elevada expressão do bom governo de um país”¹¹⁰; assim, “um chinês pode viver longos anos no estrangeiro, gozar dos benefícios conquistados pelo génio empreendedor do homem, admirar o brilhantismo de uma civilização incomparavelmente superior à sua, mas ao regressar à pátria sente-se logo dominado pelo atavismo de milhares de séculos e volta imediatamente, por necessidade, por influência do meio, por uma exigência absoluta da sua alma, aos seus usos e costumes, admirando-os, elogiando-os, apaixonando-se por eles, crente de que aí encontra a felicidade.”¹¹¹

Como confidência final, “deixa-me dizer-te que este pequeno estudo é original. Nunca vi o assunto tratado *ex professo* pelos escritores orientalistas, que consultei. Um ou outro a ele se refere, mas acidentalmente, sem o aprofundar, sem procurar descobrir essas causas, que tem contribuído para que a China cristalizasse nas formas arcaicas do seu passado.”¹¹²

Aparentemente é este um elegante ensaio anticonfuciano. Mas na realidade não o é.

É um pensamento naturalmente filtrado por olhos europeus, nutrido pela sinologia europeia e pelo romantismo político que outorgava ao estado-nação uma indeclinável missão civilizadora e valorizadora do sentido épico e cristão da história. Em termos filosóficos, a sua deriva neotomista e espiritualista sobrepõe-se e

opõe-se ao materialismo de Karl Marx e ao positivismo de Auguste Comte, quer na compreensão das dinâmicas sociais, quer no entrelaçar de valores ou na dimensão ética-política. Ao seguir a tradição metafísica clássica, valoriza a essência do ser humano e o questionamento sobre o sentido da existência.

Todas as ideias que José da Costa Nunes irá, premonitoriamente, explanar correspondem, *grosso modo*, a tudo quanto os *boxers* elegeram como alvo de combate radical, desde 1898, nomeadamente a demonização dos estrangeiros, a supremacia da tradição e a consequente recusa da modernidade ou a exclusão do cristianismo.

De resto, a reforma constitucional iniciada em 1901 previa¹¹³ uma alteração substantiva dos quadros mentais, sobretudo com a introdução de currículos escolares modernos, uma nova política de bolseiros em países estrangeiros, a abolição da velha burocracia imperial, as reformas militares ou a criação do ministério dos negócios estrangeiros em 1901 e do ministério da educação em 1905.

Estas mudanças¹¹⁴ na comparação das tradições permitiram salvar a parte viva do confucionismo, a sua ética, essencialmente a constituição da pessoa na sua relação ética com os outros e com o estado. Se o legado de Confúcio¹¹⁵ tem sido objecto de incontáveis análises, o confucionismo em si mesmo “perdeu força na China durante o século xx, com a implantação das primeira (1912) e segunda repúblicas (1949). Actualmente está de regresso à casa-mãe e veio incorporado no Socialismo Espiritual dos novos tempos reformistas.”¹¹⁶

A leitura de José da Costa Nunes é uma reapreciação dinâmica do confucionismo, antecipando¹¹⁷ os vários caminhos do pensamento sinológico da contemporaneidade. Desmontar as narrativas acopladas às ideias originárias de Confúcio e separar as camadas seculares que encobriram o sentido das mensagens, tal foi o longa e minuciosa hermenêutica de José da Costa Nunes, que não perde o ensejo de insinuar a mensagem do cristianismo e do seu distintivo património conceptual. **RC**

ANEXO

ESTUDO DA LÍNGUA DOS POVOS A EVANGELIZAR¹¹⁸

D. José da Costa Nunes, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Bispo de Macau e Timor.

Tendo a experiência ensinada que nem sempre os missionários se dedicam, com o devido interesse e cuidado, ao estudo da língua falada na região que evangelizam;

Atendendo a que o missionário, sem conhecimento dessa língua, jamais poderá exercer eficazmente o próprio ministério ;

E considerando o grave dever que sobre Nós pesa, de darmos aos nossos súbditos sacerdotes as condições de bem se desempenharem da alta missão de pregadores do Evangelho e administradores dos Sacramentos;

Havemos por bem determinar o seguinte:

1. O missionário não indígena, enviado para as missões do interior da China, é obrigado, durante os dois primeiros anos, a fazer exame de chinês, de 6 em 6 meses.

2. Igual obrigação é imposta ao missionário, que, tendo menos de 40 anos, for colocado em Macau para desempenhar qualquer cargo eclesiástico ou leccionar nos estabelecimentos dependentes da nossa autoridade.

3. Os missionários de Timor devem estar habilitados a ouvir confissões no fim do 1.º semestre e a pregar no fim do 2.º na língua falada na região que habitarem.

4. Quando essa língua não for o *tétum*, os referidos missionários estudá-lo-ão no ano seguinte ao da sua chegada a Timor, observando-se as mesmas disposições do número antecedente.

5. Aos missionários de Singapura e Malaca aplica-se o disposto no n.º 1, com relação à língua inglesa, sendo muito para estimar que se dediquem também ao estudo do malaio.

6. A matéria dos exames, a que se referem os números anteriores, será indicada, respectivamente, no princípio de cada semestre, pelos Muito Revdos. Vigários-Gerais de Shiu Hing, Macau, Lahane Singapura, os quais nomearão também o júri encarregado dos mesmos exames.

7. Quando o resultado do exame for negativo, conceder-se-ão ao missionário mais 6 meses para se preparar, mas no caso de se verificar idêntico resultado na segunda prova, o assunto será trazido ao nosso conhecimento, a fim de aplicarmos a penalidade que julgarmos conveniente.

8. Ficam abrangidos por estas disposições os eclesiásticos com menos de 3 anos de residência nos lugares supramencionados.

Registe-se na Nossa Câmara Eclesiástica e publique-se no órgão da Diocese.

Dada em Macau, no Paço Episcopal, sob o Nosso sinal e selo das Nossas Armas, aos 10 de Fevereiro de 1930.

José, Bispo de Macau e Timor

NOTAS

- 1 Filho de José da Costa Nunes e de Francisca Felizarda de Castro, nasceu nos Açores, na ilha do Pico, no dia 15 de Março de 1880.
- 2 Dois estudos recentes: Jorge Rangel, *D. José da Costa Nunes, Cidadão Benemérito de Macau* e António Aresta, “D. José da Costa Nunes”, *Jornal Tribuna de Macau*, n.º 3693, 3.03.2011. Veja-se, ainda, Susana Goulart Costa, “D. José da Costa Nunes (1880-1976): Um Cardeal no Oriente”, *Lusitânia Sacra*, 2.ª série, 19-20, pp. 261-288.
- 3 Pe. Tomás Bettencourt Cardoso (org.), *Textos do Cardeal Costa Nunes*, vol. 5: *Pastorais*, p. 31.
- 4 Carta de José Gomes da Silva a Júlio Henriques Coimbra, escrita de Macau no dia 3.11.1888 [versão digital disponível em: <http://bibdigital.bot.uc.pt/>]. A grafia foi modernizada.
- 5 Portaria n.º 108, *Boletim da Província de Macau e Timor*, Suplemento ao n.º 31, 4.08.1888, p. 275.
- 6 “Relatório da Comissão Nomeada para Inspeccionar os Actos da Gerência da Câmara Dissolvida”, publicado no *Boletim da Província de Macau e Timor*, n.º 34, 23.08.1888, pp. 291-295.
- 7 *Ibidem*, p. 292.
- 8 *Ibidem*, p. 296.
- 9 *Boletim da Província de Macau e Timor* n.º 35, 30.08.1888, p. 299.
- 10 *Ibidem*.
- 11 “Relatório sobre a Epidemia de Cholera-Morbus nos Lazaretos de Macau em 1888”, publicado no *Boletim da Província de Macau e Timor*, Suplemento ao n.º 38, 24.09.1888, pp. 328-341.
- 12 *Boletim Oficial do Governo da Província de Macau e Timor* n.º 15, 9.04.1891, p. 95.
- 13 *Ibidem*, p. 94.
- 14 Publicada no *Boletim da Província de Macau e Timor*, n.º 6, 6.02.1890, pp. 47-48.
- 15 Alocução publicada no *Boletim do Governo Eclesiástico da Diocese de Macau* n.º 4, 07.1903, p. 58. Republicada em Pe. Tomás Bettencourt Cardoso (org.), *Textos de D. João Paulino*, vol.1, pp. 41-46.
- 16 *Boletim Oficial do Governo da Província de Macau e Timor*, n.º 34, 25.08.1894, p. 403.
- 17 Portaria n.º 202, *Boletim Oficial do Governo da Província de Macau e Timor* n.º 42, 20.10.1894, p. 499.
- 18 Joaquim José Machado, *Missão na China: Diário do Comissário Régio Joaquim José Machado nas Conferências Luso-Chinesas para a Delimitação de Macau (1909-1910)*, p. 248.
- 19 *O Macaense* n.º 45, 14.03.1920.
- 20 Portaria n.º 87, *Boletim Oficial do Governo da Província de Macau* n.º 40, 1.10.1898, p. 386.
- 21 *Boletim Oficial do Governo da Província de Macau* n.º 10, 11.03.1899, p. 386.
- 22 *Ibidem*, Suplemento ao n.º 47, 30.11.1899, p. 382/
- 23 *Ibidem*.
- 24 *Ibidem*, p. 383.
- 25 *Ibidem*, p. 389.
- 26 *Ibidem*, p. 387.
- 27 Joaquim José Machado, *Missão na China...*, p. 248.
- 28 António Aresta, “Pedro Nolasco da Silva”, in *Jornal Tribuna de Macau*, n.º 3605, 11.11.2010; idem, *O Neoconfucionismo na Educação Portuguesa: Pedro Nolasco da Silva na História da Educação em Macau*.
- 29 *Boletim Oficial do Governo da Província de Macau*, Suplemento ao n.º 47, 30.11.1899, p. 381.
- 30 *Ibidem*, p. 390.
- 31 Publiquei essa síntese informativa em apêndice a Abílio Basto, *Os Exames na China Imperial*.
- 32 *Boletim Oficial do Governo da Província de Macau*, Suplemento ao n.º 47, 30.11.1899, p. 389.
- 33 Os Estatutos foram publicados no *Boletim Oficial do Governo da Província de Macau* n.º 52, 30.12.1899, p. 482.
- 34 Edição fac-similada da Direcção dos Serviços de Educação e Cultura/ Arquivo Histórico de Macau, 1984, p. 12.
- 35 O Seminário Episcopal de Angra do Heroísmo, na ilha Terceira, Açores, foi fundado em 1862.
- 36 D. João Paulino de Azevedo e Castro (1852-1918), natural dos Açores, foi o 19.º bispo de Macau (1902-1918). Formado em Teologia pela Universidade de Coimbra, foi professor no Seminário Episcopal de Angra do Heroísmo e no Liceu de Angra do Heroísmo. Fundou em 1903 o *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau* e publicou, entre outros, *Os Bens das Missões Portuguesas na China* (Macau, 1917). Postumamente, foram organizados pelo Pe. Tomás Bettencourt Cardoso, os *Textos de D. João Paulino* e as *Provisões e Outros Escritos* (Macau: Fundação Macau, 2 vols., 1997. Este facto merece registo: o bispo de Macau, D. José Manuel de Carvalho (1844-1904), regressou a Portugal por motivos de saúde, sendo colocado na diocese de Angra do Heroísmo em 9 de Junho de 1902. Foi ele quem sagrou o novo bispo de Macau, e seu sucessor, D. João Paulino de Azevedo e Castro, no dia 27 de Dezembro de 1902.
- 37 Publicada em António Aresta, Aureliano Barata e Albina Silva *Documentos para a História da Educação em Macau*, vol. 1, pp. 35-48.
- 38 “Sentença Proferida no Processo instaurado no Juízo Eclesiástico de Macau para Reabilitação da Memória do Coronel Reformado Vicente Nicolau de Mesquita falecido em 20 de Março de 1880”, publicada no *Boletim do Governo Eclesiástico da Diocese de Macau*, n.º 84, ano 7, 07.1910, pp. 235-253 e republicada em Pe. Tomás Bettencourt Cardoso (org.) *Textos de D. João Paulino*, vol. 1, pp. 291-314.
- 39 Pe. Tomás Bettencourt Cardoso (org.), *Textos do Cardeal Costa Nunes*, vol. 5: *Pastorais*, pp. 28-29.
- 40 *Ibidem*, vol. 3: *Cartas da China*, p. 149.
- 41 *Ibidem*, p. 30.
- 42 Fundado em 1728.
- 43 Fundado em 1893, tendo um plano de estudos igual ao dos liceus de Portugal.
- 44 Pe. Tomás Bettencourt Cardoso (org.), *Textos do Cardeal Costa Nunes*, vol. 17: *Últimos Escritos*, p. 125.
- 45 *Ibidem*, vol. 3: *Cartas da China*, p. 40.
- 46 *Ibidem*, p. 39.
- 47 O seu verdadeiro nome era Joaquim Belford Corrêa da Silva (1908-1979), romancista, poeta e ensaísta, cujas obras mais importantes são *Herói Derradeiro* (1933), *Amores e Viagens de Pedro Manuel* (1935), *Crónica da Vida Lisboeta* (1938), *Ansiedade* (1940), *Novelas Pouco Exemplares* (1967), *Memórias da Minha Vida e do Meu Tempo*, 3 vols., (1973-1979). Era filho do governador de Macau, Henrique Corrêa da Silva e neto de outro de outro governador de Macau, Carlos Eugénio Correia da Silva.
- 48 Joaquim Paço d'Arcos, *Memórias da Minha Vida e do Meu Tempo*, vol. 1, p. 119.
- 49 Pe. Tomás Bettencourt Cardoso (org.), *Textos do Cardeal Costa Nunes*, vol. 7: *Viagens*, p. 186.
- 50 Pe. Manuel Teixeira, *A Educação em Macau*, pp. 242-243.
- 51 Álvaro de Melo Machado, *Coisas de Macau*, p. 152.
- 52 Pe. Tomás Bettencourt Cardoso (org.), *Textos do Cardeal Costa Nunes*, vol. 7: *Viagens*, p. 23.
- 53 *Ibidem*, p. 52.
- 54 “Relatório de S. Ex.ª Revm.ª. o Sr. Bispo sobre as Missões de Timor”, publicado no *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau* n.º 406, ano 35, 01.1938, p. 411.

ESTUDOS DE MACAU

- 55 Pe. Tomás Bettencourt Cardoso (org.), *Textos do Cardeal Costa Nunes*, vol. 4: *Documentos Oficiais*, p. 32.
- 56 Teotónio R. de Sousa, “D. José da Costa Nunes: a Patriarch who cared for more than souls: a case of caesaro-papism in Portuguese India, 1942-1953”, in Ulrich van der Heyden e Holger Stoecker, eds., *Mission und Macht im Wandel politischer Orientierung – Europäische Missionsgesellschaften in politischen Spannungsfeldern in Afrika und Asien zwischen 1800 und 1945*, pp. 243-256.
- 57 Pe. Tomás Bettencourt Cardoso (org.), *Textos do Cardeal Costa Nunes*, vol. 7: *Viagens*, p. 22. Este breve apontamento estatístico foi extraído de uma nota prefacial ao volume, da autoria de Mons. José Machado Lourenço, inicialmente publicada no *Boletim Eclesiástico da Arquidiocese de Goa*, em 1953.
- 58 *Ibidem*, vol. 17: *Últimos Escritos*, p. 83.
- 59 *Ibidem*, p. 71.
- 60 *Ibidem*, vol. 7: *Viagens*, p. 161.
- 61 *Ibidem*, vol. 9: *Entre Chineses e Entre Malaio*, p. 76. Itálico do autor.
- 62 Decreto n.º 21103, de 7.04.1932, publicado no *Diário do Governo* de 15.04, p. 625.
- 63 Armando Marques Guedes, “A Identidade, a Propaganda e o Nacionalismo. O projecto de leitorados de língua e cultura portuguesas, 1921-1997”, in *Lusotopie 1998: Des protestantismes en “lusophonie catholique”*, pp. 107-132.
- 64 Pe. Tomás Bettencourt Cardoso (org.), *Textos do Cardeal Costa Nunes*, vol. 17: *Últimos Escritos*, p. 76.
- 65 *Ibidem*, prefácio, p. 12.
- 66 Edição do Instituto Internacional de Macau, 2008.
- 67 Manuel Teixeira, *Licou de Macau*, pp. 361-362.
- 68 A título de exemplo: Jerónimo Matta, *Memória sobre as Missões Portuguezas na China, oferecida aos Senhores Deputados da Nação* (Lisboa, 1839); *Cartas Escripitas da India e da China nos anos de 1815 a 1835 por José Ignacio de Andrade a sua Mulher D. Maria Gerrudes de Andrade*, 2 vols. (Lisboa, 1843); Carlos José Caldeira, *Apontamentos d’Uma Viagem de Lisboa à China e da China a Lisboa* (Lisboa, 1853); Manuel de Castro Sampaio, *Os Chins de Macau* (Hong Kong, 1867); Eça de Queirós, *O Mandarim* (Porto, 1880); Conde de Arnoso, *Jornadas pelo Mundo. Em Caminho de Pekin: em Pekin* (Porto, 1895); Adolfo Loureiro, *No Oriente: de Nápoles à China. Diário de Viagem* (Lisboa, 1896/97); Joaquim Calado Crespo, *Cousas da China: Costumes e Crenças* (Lisboa, 1898); Joaquim Calado Crespo, *A China em 1900* (Lisboa, 1901); C.A. Montalto de Jesus, *Historic Macao* (Hong Kong, 1902); J. Morais Palha, *Esboço Crítico da Civilização Chinesa*. Prefácio de Camilo Pessanha (Macau, 1912); J. A. Fernandes, *Uma Fase Política da China: Ligeiro Subsídio para o Estudo da Psicologia Chinesa* (Porto, 1916); Maria Anna A. Tamagnini, *Lin Tchi Fá* (Lisboa, 1925); Jaime do Inso, *Visões da China* (Lisboa, 1933); António Lopes, *A China e os Chineses Vistos por um Português* (Lisboa, 1937); Rui Sant’Elmo, *China, País de Angústia* (Lisboa, 1938); Jaime do Inso, *China* (Lisboa, 1938).
- 69 Mariagrazia Russo, *A Embaixada Enviada por D. João V ao Imperador Yongzheng (1725-1728) através da Documentação do Arquivo Distrital de Braga*, p. 313.
- 70 Agustina Bessa-Luís, *A Quinta Essência*, p. 331.
- 71 Fernando Cristóvão, “Para uma Teoria de Viagens”, in Fernando Cristóvão (coord.), *Condicioneis Culturais da Literatura de Viagens*, pp. 13-52; Isabel Pires de Lima, “O Orientalismo na Literatura Portuguesa (Séculos XIX e XX)”, in Ana Maria Rodrigues (coord.), *O Orientalismo em Portugal (Séculos XVI-XX)*. Catálogo de Exposição. Lisboa: Inapa/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, pp. 145-160.
- 72 Maria Manuela Tavares Ribeiro, “Livros e Leituras no Século XIX”, *Revista de História das Ideias*, vol. 20, pp. 187-227.
- 73 Pinheiro Chagas (1842-1895), deputado, ministro da Marinha e Ultramar, par do Reino, foi um dos fundadores da Sociedade de Geografia de Lisboa; tem uma vasta obra como romancista, dramaturgo e historiador.
- 74 Manuel Pinheiro Chagas, *Diccionario Popular, Histórico, Geographico, Mythologico, Biographico, Artístico, Bibliographico e Litterário*, vol. 7, pp. 341-346.
- 75 *Ibidem*, vol. 3, pp. 271-273.
- 76 *Ibidem*, vol. 3, p. 272.
- 77 Este semanário foi fundado em 3 de Janeiro de 1909, sendo dirigido por Luís Gonzaga Nolasco da Silva, tendo como secretário da redacção Francisco Xavier Anacleto da Silva, como administrador Henrique Nolasco da Silva e como editor Luís Aires da Silva. O último número apareceu no dia 27 de Novembro de 1910.
- 78 “Cartas da China a um Amigo do Ocidente, escritas por Alcino”: 24 artigos, com início no n.º 22 de 30.05.1909 e cujo termo se fixará no n.º 49 de 05.12.1909. Uma polémica ligeira, com um articulista do jornal *A Verdade* (um periódico afecto à maçonaria, que apareceu em 19.11.1908 e terminou em 22.04.1911; no n.º 85, de 2 de Junho de 1910, Camilo Pessanha publica a *Estética Chinesa* – ver Camilo Pessanha, *China: Estudos e Traduções*) não impediu a sua continuidade. Republicadas em Pe. Tomás Bettencourt Cardoso (org.), *Textos do Cardeal Costa Nunes*, vol. 3: *Cartas da China*.
- 79 “Discurso pronunciado num Comício, realizado em 01-05-1909, nos Paços do Concelho, para versar questões relativas à salvação e para se pedirem providências ao governo da Metropole”, *Vida Nova*, n.º 19, 09.05.1909; “Estudos Económicos sobre Macau: a Propriedade Urbana”, *Vida Nova*, n.º 19/54, de 26.09.1909 até 09.01.1910.
- 80 Escritor com uma vasta obra publicada e diplomata, Paul Claudel (1868-1955) foi embaixador no Japão, 1921-1927. Estudos recentes sobre Paul Claudel: Du Quinggang et Wang Jing (dir.), *Paul Claudel et la Chine*, Actes du Colloque de Wuhan. Wuhan: Wuhan University Press, 2011; Jacques Houriez, *Paul Claudel, ou les tribulations d’un poète ambassadeur. Chine, Japon*. Paris: Honoré Champion, Paris, 2012.
- 81 Pe. Tomás Bettencourt Cardoso (org.), *Textos do Cardeal Costa Nunes*, vol. 3: *Cartas da China*, p. 111.
- 82 *Ibidem*, p. 98.
- 83 *Ibidem*, p. 45. O itálico é do autor.
- 84 *Ibidem*, p. 46. O itálico é do autor. Veja-se, também, o inovador estudo de Celina Veiga de Oliveira, “Camilo Pessanha e o Sistema Judiciário da sua Época”, in *Administração* n.º 92, pp. 605-614 [com versão chinesa, pp. 443-451].
- 85 Cita as obras seguintes: E. Bard, *Les Chinois*; Cesar Cantu, *História Universal*; C. Piton, *La Chine, sa religion, ses moeurs, ses missions*; Henri Havret, *Tien Tchou*; H. B. Morse, *The Trade and Administration of the Chinese Empire*; Henri Havret, *La Stelle Chretienne de Siguan Fou*; Sinibaldo de Más, *L’Angleterre, la Chine et l’Inde*; T. R. Jernigan, *China in Law and Commerce*; Dr. Martignon, *Superstition, Crime et Misère en Chine*; Holcombe, *The Real Chinaman*; Zottoli, *Curso de Literatura Chinesa*; Weulersse, *China Ancienne et Nouvelle*; Davis, *Chine*. Refere, ainda, Legge, os jesuítas Sica, Stanislas, Le Gall e o único autor português, o conde de Arnoso e as suas *Jornadas pelo Mundo*.
- 86 Pe. Tomás Bettencourt Cardoso (org.), *Textos do Cardeal Costa Nunes*, vol. 3: *Cartas da China*, p. 36.
- 87 *Ibidem*, pp. 65-66.
- 88 *Ibidem*, p. 47. O itálico é do autor.
- 89 *Ibidem*, pp. 49-50. O itálico é do autor.
- 90 *Ibidem*, p. 53. O itálico é do autor.
- 91 *Ibidem*, p. 75.
- 92 *Ibidem*, p. 90.
- 93 *Ibidem*, p. 96.
- 94 *Ibidem*, p. 96. O itálico é do autor.
- 95 *Ibidem*, p. 109.
- 96 *Ibidem*, p. 111.

MACAO STUDIES

- 97 *Ibidem*, pp. 111-112.
- 98 *Ibidem*, pp. 116-117. O itálico é do autor.
- 99 *Ibidem*, p. 117. O itálico é do autor.
- 100 *Ibidem*, pp. 122-123.
- 101 *Ibidem*, pp. 124-125. O itálico é do autor.
- 102 *Ibidem*, p. 129.
- 103 *Ibidem*, p. 130. O itálico é do autor.
- 104 *Ibidem*, p. 131. O itálico é do autor.
- 105 *Ibidem*, pp. 131-132. O itálico é do autor.
- 106 *Ibidem*, p. 135. O itálico é do autor.
- 107 *Ibidem*, p. 136.
- 108 *Ibidem*, p. 137. O itálico é do autor.
- 109 *Ibidem*, p. 137.
- 110 *Ibidem*, p. 139.
- 111 *Ibidem*, p. 142.
- 112 *Ibidem*, p. 143.
- 113 Immanuel C. Y. Hsü, *The Rise of Modern China*, p. 409.
- 114 Jacques Gernet, *L'intelligence de la Chine*, pp. 323-334.
- 115 Paul A. Rule, *K'ung-tzu or Confucius? The Jesuit Interpretation of Confucianism*.
- 116 Ana Cristina Alves, *A Sabedoria Chinesa*, p. 23.
- 117 Veja-se, por exemplo, *Terra Bendita* de Pearl S. Buck. Pearl Sydenstricker Buck (1892-1973), é autora de uma vastíssima obra, Prémio Pulitzer em 1932 e Prémio Nobel da Literatura em 1938. Está por fazer a recepção da sua obra na sinologia e na cultura portuguesa contemporânea.
- 118 Provisão, publicada no *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau* n.º 312, 03. 1930, pp. LXXXI e ss. Republicada em Pe. Tomás Bettencourt Cardoso (org.), *Textos do Cardeal Costa Nunes*, vol. 4: *Documentos Oficiais*, pp. 120-122.

ESTUDOS DE MACAU

BIBLIOGRAFIA

- Boletim da Província de Macau e Timor*, n.º 31 (Suplemento), 4.08.1888; n.º 34, 23.08.1888; n.º 35, 30.08.1888; n.º 38, 24.09.1888; n.º 6, 6.02.1890.
- Boletim do Governo Eclesiástico da Diocese de Macau*, n.º 84, 07.1910.
- Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*, n.º 312, 03.1930; n.º 406, 01.1938.
- Boletim Oficial do Governo da Província de Macau*, n.º 40, 1.10.1898; n.º 52, 30.12.1899.
- Boletim Oficial do Governo da Província de Macau e Timor*, n.º 15, 9.04.1891; n.º 34, 25.08.1894; n.º 42, 20.10.1894.
- Alves, Ana Cristina. *A Sabedoria Chinesa*. Lisboa: Casa das Letras, 2005.
- Aresta, António. *O Neoconfucionismo na Educação Portuguesa: Pedro Nolasco da Silva na História da Educação em Macau*. Separata de *Administração: Revista da Administração Pública de Macau*, 1997.
- . “José da Costa Nunes”, in *Jornal Tribuna de Macau*, n.º 3693, de 03.03.2011.
- . “Pedro Nolasco da Silva”, in *Jornal Tribuna de Macau*, n.º 3605, de 11.11.2010.
- e Barata, Aureliano; Silva, Albina. *Documentos para a História da Educação em Macau*. Prefácio de Jorge Rangel. Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, 1996, vol. 1.
- Basto, Abílio. *Os Exames na China Imperial*. Organização, prefácio e notas de António Aresta. Macau: Fundação Macau, 1998.
- Bessa-Luís, Agustina. *A Quinta Essência*. Lisboa: Guimarães Editores, 1999.
- Buck, Pearl S. *Terra Bendita*. Tradução de Fernando de Macedo. Lisboa: Livros do Brasil, 4.ª ed., s/d.
- Cardoso, Pe. Tomás Bettencourt (org.), *Textos de D. João Paulino*, vol. 1. Macau: Fundação Macau, 1997.
- (org.), *Textos do Cardeal Costa Nunes*, vol. 3: *Cartas da China*, vol. 4 *Documentos Oficiais*, vol. 5: *Pastorais*, vol. 7: *Viagens*, vol. 9: *Entre Chineses e Entre Malaios*, vol. 18: *Últimos Escritos*. Macau: Fundação Macau, 1999.
- Carta* de José Gomes da Silva a Júlio Henriques Coimbra, escrita de Macau a 3.11.1888 [versão digital disponível em <http://bibdigital.bot.uc.pt>].
- Castro, D. João Paulino de Azevedo e. *Os Bens das Missões Portuguezas na China* [1917]. Organização do Pe. Tomás Bettencourt Cardoso. 2ª ed. Macau: Fundação Macau, 1995.
- Chagas, Manuel Pinheiro. *Dicionário Popular, Histórico, Geográfico, Mythológico, Biográfico, Artístico, Bibliográfico e Litterário*. Lisboa: Typographia do Diário Ilustrado, vol. 3, 1878, vol. 7, 1880.
- Costa, Susana Goulart. “D. José da Costa Nunes (1880-1976): um Cardeal no Oriente”, in *Lusitânia Sacra*, 2.ª série, 19-20, 2007-2008.
- Cristóvão, Fernando (coord.). *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens*. Lisboa: Ed. Cosmos, 1999.
- Diário do Governo*, 15.04.1932.
- Gernet, Jacques. *L'Intelligence de la Chine*. Paris: Gallimard, 1994.
- Guedes, Armando Marques. “A Identidade, a Propaganda e o Nacionalismo. O projecto de leitorados de língua e cultura portuguesas, 1921-1997”, in *Lusotopie 1998: Des protestantismes en “lusophonie catholique”*, Paris, 1998.
- Hsü, Immanuel C. Y. *The Rise of Modern China*, 3.ª ed. Hong Kong: Oxford University Press, 1987.
- Jornal O Macaense*, 14.03.1920.
- Jornal Vida Nova*, 09.05.1909.
- Jornal Vida Nova*, 26.09.1909 até 09.01.1910.
- Machado, Álvaro Melo. *Coisas de Macau* [1913]. Macau: Kazumbi, 1997.
- Machado, José Joaquim. *Missão na China: Diário do Comissário Régio José Joaquim Machado nas Conferências Luso-Chinesas para a Delimitação de Macau (1909-1910)*. Apresentação e introdução histórica por António Vasconcelos de Saldanha, leitura do manuscrito e introdução literária de Carmen M. Radulet. Macau: Fundação Macau, 1999.
- Oliveira, Celina Veiga de. “Camilo Pessanha e o Sistema Judiciário da sua Época”, in *Administração: Revista de Administração Pública de Macau*, n.º 92, 2011.
- Pereira, João Feliciano Marques. *Tá-Ssi-Yang-Kuo: Arquivos e Anais do Extremo Oriente Português*. Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Cultura/Arquivo Histórico de Macau, 1984.
- Pessanha, Camilo. *China: Estudos e Traduções*. 2.ª edição. Prefácio de Daniel Pires. Lisboa: Vega, 1993.
- Rangel, Jorge. *D. José da Costa Nunes, Cidadão Benemérito de Macau*. Macau: Instituto Internacional de Macau, 2008.
- Ribeiro, Maria Manuela Tavares. “Livros e Leituras no Século XIX”, *Revista de História das Ideias*, vol. 20, 1999, pp. 187-227.
- Rule, Paul A. *K'ung-tzu or Confucius? The Jesuit Interpretation of Confucianism*. Sydney/Boston: Allen & Unwin, 1986.
- Russo, Mariagrazi. *A Embaixada Enviada por D. João V ao Imperador Yongzheng (1725-1728) através da Documentação do Arquivo Distrital de Braga*. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, 2007.
- Sousa, Teotónio R. de. “D. José da Costa Nunes: a Patriarch who cared for more than souls: a case of caesar-papism in Portuguese India, 1942-1953”, in Ulrich van der Heyden e Holger Stoecker, eds., *Mission und Macht im Wandel politischer Orientierung – Europäische Missionsgesellschaften in politischen Spannungsfeldern in Afrika und Asien zwischen 1800 und 1945*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2005.
- Teixeira, Manuel. *Liceu de Macau*. Macau: Direcção dos Serviços de Educação, 3.ª ed., 1986.
- . *A Educação em Macau*. Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Cultura, 1982.